



Anais da Assembléia

Nº 60

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 45.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1994
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antonio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rosso-ni (50). Achando-se ausentes dos seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Caíto Quintana, José Afonso Júnior e Nilton Ser-vo (04).

Verificada a existência de número le- gal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Como líder da Bancada do Partido Pro- gressista, venho através do presente indi- car o Deputado José Arthur Ritti para a suplência do Deputado Antônio Annibelli na Comissão de Agricultura, Indústria e Co- mércio e o Deputado João Preis para a su- plência do Deputado Antônio Costenaro na Comissão de Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 18.05.94

Curitiba, quarta, em 18.05.94

(a) NILTON BARBOSA
Líder do P.P.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, venho através do presente indicar para a suplên- cia do Deputado Dalton Machuca na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Ade- mar Traiano.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do P.T.B.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de dis- cussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE- QUER, após ouvido o Plenário, a retirada por cinco (05) sessões, do Projeto de Lei n° 395/93 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Resolução n° 001/92, de autoria deste De- putado.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profun- do pesar pelo falecimento do Dr. Nicanor Vasconcelos (Canoco), ocorrido em Curiti- ba, 18.05.94.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Nicanor Vasconcelos, que residia em Irati, era funcionário aposentado desta Assembléia, ex-Deputado Estadual, foi um nobre parlamentar que soube honrar esta Casa com seu trabalho.

Além de exímio jogador de futebol, esporte que gostava de praticar, exerceu a função de 2º Secretário desta Assembléia, deixando exemplos indelévels de dedicação à sua vida política e profissional como Advogado.

REQUERIMENTO N° 1252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário seja enviado votos de pesar à família Vasconcelos, pelo passamento do Sr. Dr. Nicanor Vasconcelos, ocorrido em Curitiba no dia 18 de maio de 1994.

Falece, um dos filhos mais importantes de Irati, contribuiu sobremaneira para o progresso da sua cidade, representando-a como Deputado, nesta Casa de Leis.

A família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Gilberto Quadri, ocorrido dia 17.05.94 em Capitão Leônidas Marques.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 18.05.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 18 anos, faleceu o jovem Gilberto Quadri, em data de hoje no Município de Capitão Leônidas Marques.

O extinto era filho de Romildo Quadri e Maria Macari Quadri e irmão do Vereador Claudiomiro Quadri.

O passamento de Gilberto Quadri veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Gilberto.

O céu será grande e a paz sobre ele, e o descanso não terá fim.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daque-

le que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Quadri endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Conceição Linhares de Almeida, ocorrido dia 12.05.94, na cidade de Manguairinha.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 12.05.94, em Manguairinha, a Sra. Conceição Linhares de Almeida com a idade de 86 anos.

A extinta era viúva de José Dias de Almeida. Mãe do ex-Prefeito João Maria de Almeida e do atual Vereador Manoel Aparecido de Almeida de Manguairinha.

O passamento da Sra. Conceição veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Conceição.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Linhares de Almeida endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1233

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Rádio Central de Ponta Grossa pelos 40 anos de existência.

A Rádio Central de Ponta Grossa, vem ao longo de 40 anos, prestando serviço à comunidade ponta-grossense, em vários aspectos, informando e auxiliando seus ouvintes.

A Rádio está sempre presente, cobrindo todos os tipos de eventos, sendo eles po-

líticos, sociais ou trabalhistas, procurando todavia levar até o ouvinte as notícias em primeira mão.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Rádio Central de Ponta Grossa, em nome do Diretor Proprietário, Sr. Irajá Vargas de Oliveira, do Radialista Diretor Sr. Rogério Serman, bem como aos funcionários e demais radialistas, sito na Rua XV de Novembro, 522, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam concedidos votos de congratulações ao X JEM (Jogos Estudantis Municipais), a ser realizado em Ponta Grossa.

Cerca de noventa escolas e cerca de dez mil atletas, participarão dos jogos, sendo um recorde até o momento nesta competição que é a mais importante do desporto estudantil de Ponta Grossa.

Segundo dados da secretaria do JEM, nesta décima edição serão realizados mais de 600 jogos nas modalidades coletivas.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em nome do Prefeito Municipal, Senhor Paulo Cunha Nascimento, bem como ao Secretário de Esportes do Município, Senhor Carlos Roberto Ferreira e a toda a Comissão Organizadora da décima edição dos Jogos Estudantis Municipais de Ponta Grossa e aos atletas participantes, à Av. Visconde de Taunay - 950, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de votos de congratulações pelo 4° Aniversário de Emancipação Política do Município de Virmond, comemorado na data de hoje, 17 de maio.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Osmar Luiz Palinski, Digníssimo Prefeito Municipal de Virmond, e ao Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Albino Floris Svartz.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor a todos da Diretoria do Centro Paranaense de Curitiba, recentemente empossada, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O trabalho de caráter cultural e social desenvolvido pelo Centro Paranaense de Curitiba fala por si só em relação à importância de sua existência. Voltado para o conagraçamento de parnanguaras que residem na Capital, mas sempre saudosos de sua terra natal, o Centro Paranaense de Curitiba reúne ilustres parnanguaras e tem entre suas metas o desenvolvimento de atividades que destaquem no cenário paranaense a importância histórica de Paranaguá no contexto estadual. A Diretoria recém-empossada, formada por pessoas ilustres dá garantia que esse tipo de trabalho será mantido como prioridade no sentido de elevar o nome de Paranaguá e de seus filhos em todos os aspectos, perpetuando assim o bom trabalho desenvolvido pela diretoria anterior. Nosso incentivo aos novos diretores vem de encontro às aspirações deles próprios, pois manter acesa a chama do amor a Paranaguá é a razão principal da existência do Centro Paranaense de Curitiba. Uma gestão de sucesso está se delineando no horizonte.

Requeiro ainda que, do presente se dê ciência a todos da Diretoria do Centro Paranaense de Curitiba, aos Senhores da Diretoria e aos Senhores do Conselho Deliberativo, no endereço: Rua Nilo Peçanha, 521 - S. Francisco / Bom Retiro - CEP: 80520-000, Curitiba - PR.

CENTRO PARANAGUENSE DE CURITIBA

GESTÃO 93/94

Presidente de Honra:

Carlos Tortato - D.D. Pref. de Paranaguá

Presidente:

Eleuther de Alencar dos Guimarães Vianna

DIRETORIA

1° Vice-Presidente:

Carlos Roberto Ressetti

2° Vice-Presidente:

Manoel Eugênio Nascimento Filho

1° Secretário:

Luiz Armando Silva Correa

2° Secretário:

Everton Rodrigues

1° Tesoureiro:

Odilon Gomes da Silva

2° Tesoureiro:

Pedro Felipe Silva Antunes

Diretor Social:

Eugênio José Ferreira

Dir. Relações Públicas:

Eros Gutierrez

Dir. de Patrimônio:

Emerson Celso Nascimento Barroso

Bibliotecário:

Ademir Moraes

1º Orador:

Eudes Marques Vianna Neto

2º Orador:

Raquel Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares:

Nelson Borges

Eclea Dóris Rieke Pereira Alves

Nilza Cunha

João Ferraz de Campos

João Régis Pereira da Costa

Suplentes:

Caetano Gomes Corrêa Filho

Luiz Carlos Mansur

Erivan Tramujas

REQUERIMENTO N° 1237

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando 10.000 m² de bloquetes para calçamento nas ruas e avenidas no Distrito de Herculândia, Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1238

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando 10.000 m² de bloquetes para calçamento nas ruas e avenidas no Distrito de Herculândia, Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1239

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando asfalto ou paralelepípedos no distrito de Herculândia, Município de Ivaté à Balsa do Rio Ivaí, numa extensão de 2.000 metros.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1240

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfalto ou paralelepípedos no Distrito de Herculândia Município de Ivaté, a Balsa do Rio Ivaí, numa extensão de 2.000 metros.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1241

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando pavimentação asfáltica ou paralelepípedos no Distrito de Vila Rica do Ivaí, Município de Icaraíma, ao Distrito de Herculândia Município de Ivaté, numa extensão de 22 km.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1242

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ou paralelepípedos no Distrito de Herculândia Município de Ivaté, ao Município de Douradina, numa extensão de 20 km.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1243

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a pavimentação asfáltica ou paralelepípedos no Distrito de Herculândia Município de Ivaté, ao Município de Douradina, numa extensão de 20 km.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1244

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica ou paralelepípedos no Distrito de Vila Rica do Ivaí, Município de Icaraíma, ao Distrito de Herculanópolis Município de Ivaté, numa extensão de 22 km.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1246

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de providenciar iluminação pública na Rua Adari Fernando Visinone, localizada no Conjunto São Conrado - Cidade Industrial, tendo em vista que os moradores que lá residem afirmam que a taxa é cobrada, porém na citada rua nem poste existe. Pedem os moradores que o problema seja sanado, uma vez que se é cobrada a taxa de iluminação pública é justo que também eles usufruam de tal serviço.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados às obras de pintura e reparos na Escola Municipal de Boa Vista - Ensino de 1° Grau, localizada no Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de um prédio escolar na localidade de Butiazal;

no Município de Rio Azul.

Trata-se de reivindicação do Vereador Quirino Alfredo Bucco, Presidente da Câmara Municipal de Rio Azul.

Esta solicitação prende-se ao fato de o atual prédio encontrar-se em estado precário, por ter sido construído com madeiras usadas, razão pela qual, não oferece condições para seu pleno funcionamento, colocando em risco a vida dos estudantes.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Olivir Gabardo, Secretário de Estado da Educação, solicitando a cessão de um televisor e um vídeo-cassete à Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima - Ensino de 1° Grau, localizada no Município de Irati.

A presente solicitação, visa a melhoria da qualidade de ensino naquele estabelecimento educacional.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1258

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando atendimento às reivindicações do Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Marechal Cândido Rondon, nesta Capital, constantes do documento anexo.

Que do teor do presente dê-se ciência à Direção, Conselho Escolar e APM da escola supramencionada.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelos termos no anexo, a falta de professores na Escola Estadual Marechal Cândido Rondon vem causando sérios problemas aos estudantes matriculados naquele estabelecimento de ensino.

Em função das inúmeras vagas de professor e técnico-pedagógico em aberto, os alunos da referida escola estão sendo penalizados com a falta de aulas, o que pode vir a comprometer-lhes o ano letivo.

Diante disto, confiamos na sensibilidade do Senhor Secretário de Estado da Educação, a fim de viabilizar a normalização das atividades na Escola Marechal Cândido Rondon, em Curitiba.

REQUERIMENTO N° 1259

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando a extensão de rede de energia elétrica no prolongamento da Rua Albino Nichelle (próximo ao viaduto), no Conjunto Marupiara II, bairro Umbará, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação de Moradores dos Conjuntos Marupiara I e II, nesta Capital (Rua "F", n° 17 - Cjto. Marupiara II - Umbará - CEP: 81930-170).

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rua Albino Nichelle, descrito acima, foi aberto recentemente pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Lá estão instaladas cerca de 40 famílias que não têm acesso ao benefício na energia elétrica.

Visando levar-lhes tal serviço é que - atendendo à solicitação da Associação de Moradores dos Conjuntos Marupiara - encarecemos as devidas providências da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

REQUERIMENTO N° 1260

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário em frente à Unidade de Saúde Concórdia, na Rua Dilermando Pereira de Almeida, n° 400, bairro Pinheirinho, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação de Moradores Movimento de Evolução Cultural e Comunitária do Pinheirinho (R. Ricardo G. Machado, 1505 - Pinheirinho - CEP 81.870-130), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelos anexos - ofício da Associação de Moradores local e abaixo-assinados da comunidade - a instalação do referido telefone público representaria um grande benefício para os usuários da Unidade de Saúde Concórdia, provenientes da Vila Santo Antônio, Vila Nossa Senhora das Graças, Conjunto Pirineus, Vila Concórdia e Vila Jardim Pinheirinho.

Instalado em ponto estratégico da região, o referido telefone levaria a tais

moradores todos os benefícios próprios da comunicação telefônica, sobretudo, facilitando-lhes essa comunicação em casos de urgência.

Diante disto, confiamos nas competentes providências da TELEPAR para viabilização do benefício.

REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando a instalação de hidrômetros nas residências situadas no prolongamento da Rua Albino Nichelle (próximo ao viaduto), no Conjunto Marupiara II, bairro Umbará, nesta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação de Moradores dos Conjuntos Marupiara I e II.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rua Albino Nichelle, descrito acima, foi aberto recentemente pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Lá estão instaladas cerca de 40 famílias que não dispõem do benefício do abastecimento de água.

Visando levar-lhes tal serviço e dar fim aos problemas que tais moradores têm enfrentado é que - atendendo à solicitação da Associação de Moradores dos Conjuntos Marupiara - encarecemos as devidas providências da Companhia Paranaense de Saneamento - SANEPAR.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 177/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa de Atendimento Psico-Social (PRAPS), com sede e foro nesta Capital, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O PRAPS é entidade legalmente constituída, sem fins lucrativos e que presta apoio à população de baixa renda no campo bio-psico-social. A entidade tem também como princípios contribuir com o desenvolvimento do ser humano e da ciência.

O presente projeto de lei busca reconhecer a contribuição desta entidade para a sociedade, neste sentido pedimos o apoio

dos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 178/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a fixação de anúncios publicitários, símbolos, desenhos ou expressões a menos de 150 (cento e cinquenta) metros das margens das rodovias e estradas do Estado do Paraná, que não sejam integralmente destinadas a transmitir as seguintes informações.

§ 1° - Legislação de Trânsito, quilometragem, situação e condição de estradas, avisos de atenção e cautela por perigo eminente, distância entre cidades ou localidades e entre postos de reabastecimento de combustíveis, procedimentos em acidentes e em problemas mecânicos nos veículos, obras estaduais e federais, pontos de parada de ônibus e outras informações visando o conforto e segurança aos condutores de veículos e passageiros nas estradas paranaenses.

Art. 2° - As disposições desta lei não se aplicam a estabelecimentos comerciais localizados às margens das rodovias.

Art. 3° - Os anúncios publicitários atualmente existentes, terão o prazo de 180 dias para serem retirados por seus proprietários.

Art. 4° - Expirado o prazo constante do artigo anterior, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder a retirada dos anúncios.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.94.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Salvar vidas é a principal meta desta iniciativa legislativa.

Qualquer imagem, estranha ao meio visual comum, tende a funcionar como agente dispersor da atenção de qualquer condutor de veículos, sempre com efeitos negativos aos motoristas, pois retiram a concentração visual e consequentemente os reflexos físicos por alguns instantes, sendo que as vezes centésimos de segundos são fundamentais para a manutenção da vida de motoristas e passageiros que por este Estado do Paraná transitam.

As estradas brasileiras, e nelas incluem-se as paranaenses, matam mais pessoas em um ano do que em toda a guerra do Vietnã.

Se esta proposta de Lei salvar uma vida, ela cumpriu a sua finalidade.

A exposição de anúncios publicitários, é fundamental à boa informação, mas de maneira ordenada e nunca possibilitando ameaças ao bem mais relevante da existên-

Curitiba, quarta, em 18.05.94

cia humana, a vida, e também ao ambiente paisagístico natural.

Os painéis publicitários, cada vez mais atentos a boa técnica de marketing, por suas cores, luzes, expressões, fotografias, tamanhos, procuram neles concentrar, ao máximo possível, a atenção de seu público alvo, este é o objetivo da propaganda. E com este objetivo, quando colocados às margens das Rodovias e Estradas, desviam a concentração dos condutores de veículos, direcionando-a ao raciocínio lógico e conseqüente, resultante do que é visto, retirando-se a atenção do dirigir com segurança um veículo, as vezes com dezenas de toneladas ou diversos passageiros no seu interior. A desatenção de uma pessoa, responsável pela condução de um veículo poderá causar grande tragédia.

Prevenir, prever, antever o futuro, é planificar, é projetar, é precaver-se em nome do bem comum da maioria, sendo este é o interesse público da norma em legislação.

Então, que se estabeleça uma excessão exemplar no Estado do Paraná, de forma suplementar à legislação existente, simples direta e objetiva, proposta a qual pedimos o apoio aos nobres Pares desta Casa de Leis.

Não havendo expediente a ser lido, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nós queremos que os Anais da Casa registrem o pesar do Poder Legislativo pelo falecimento do ex-Deputado Nicanor Vasconcellos.

Foi um Deputado vibrante, foi um Deputado sério, foi um Deputado que defendeu com veemência os interesses da sua região, hoje representada pelo nobre Deputado Toti Colaço, e como no passado o fora pelo nobre Deputado João Mansur, que é a região de Irati e adjacências.

Nós queríamos requerer a V.Exa., ouvida a Casa, a suspensão dos trabalhos em homenagem ao Deputado Nicanor Vasconcellos.

Entretanto, nós verificamos na Ordem do Dia que diversas matérias importantes estão sendo apreciadas pelo Poder Legislativo. E a maior homenagem que se presta ao extinto companheiro, ex-Deputado Nicanor Vasconcellos é trabalhando, é votando a pauta da Ordem do Dia para que possamos dar a contribuição do Poder Legislativo ao desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Senhor Deputado, eu quero ficar soli-

dário com o voto de pesar que V.Exa. nesta data apresenta pelo falecimento do Deputado Nicanor Vasconcellos, com quem convivemos, eu e V.Exa. e também o Deputado Anibal Khury. Homem probo, homem sério, amigo, leal, um companheiro que se conquistou aqui nesta Assembléia Legislativa, que também deixou marcas pela sua bondade e pela sua inteligência.

Vossa Excelência é feliz ao fazer este pronunciamento e o Partido Liberal, e eu em particular, nos solidarizamos com as palavras de V.Exa. e este pesar que é de toda a Casa Legislativa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a V.Exa. e V.Exa. com o seu aparte traça um perfil verdadeiro do que foi o Deputado, o ex-Deputado Nicanor Vasconcellos, a importância desse Deputado para o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Entretanto, Sr. Presidente, para que não passe em branco a homenagem que esta Casa presta ao nobre Deputado, eu requero a V.Exa. que pelo menos, e V.Exa. pode deferir de pronto, o Pequeno e o Grande Expediente desta Casa sejam suspensos na data de hoje em homenagem ao ilustre ex-Deputado Nicanor Vasconcellos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência se soma às manifestações do Deputado Erondy Silvério no que se refere aos votos de pesar e a lembrança que se faz neste momento da pessoa e do trabalho que desempenhou como homem público no Estado do Paraná, o ex-Deputado, representante da região de Irati, Nicanor Vasconcellos.

E a Mesa atende ao apelo e ao requerido pelo Deputado e suspende a participação dos Senhores Deputados no Pequeno e no Grande Expediente, inscrevendo, conseqüentemente, aqueles que estavam no Pequeno Expediente, para o Horário das Lideranças dos respectivos Partidos.

Lembrando ainda que o Deputado Nicanor Vasconcellos exerceu e desempenhou nesta Casa as funções de Segundo Secretário do Poder Legislativo do Paraná.

Diante do deliberado por esta Presidência, em função do requerido pelo Deputado Erondy Silvério, nosso Presidente da CCJ, passaremos de imediato ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PDT eu concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, o Paraná é testemunha das palavras do nobre Líder do PTB, Erondy Silvério, quando se refere a um dos maiores Parlamentares que aqui se assentaram e que deram mostras de

que a vida pública bem exercida é um exemplo a ser seguido pelas gerações que nos sucedem. E esse homenageado que faz a sua falta material neste mundo que nós vivemos, irá nos emprestar num mundo superior a este nosso, àqueles fluídos positivos, para que possam os senhores eleitores analisarem através das suas consciências e optarem pelos seus votos na qualidade dos homens a serem escolhidos a este Parlamento e aos Parlamentos maiores desta Nação, e, principalmente ao cargo de Presidente da República do Brasil. Nós, do PDT, nos associamos a essa homenagem e devotamos a nossa parcela de luto à família desse ilustre Parlamentar. Mas o que nos traz, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a usar da palavra destinada à Liderança do nosso Partido é com referência a festa cívica que iremos realizar no próximo dia 23, segunda-feira, aonde, para a graça da família do Paraná, ali no Círculo Militar estarão presentes as maiores Lideranças deste Estado nos Partidos da coligação para mudança do Paraná, "Muda Paraná", é o PFL, é o PTB, é o PSDB e é o nosso Partido PDT, que vai dar ao Paraná a opção para nós realmente trazermos à família paranaense aqueles anseios desejados; não tão somente por essa juventude que aqui está presente e anseia as mudanças, não só pela Capital ecológica que é Curitiba, e muito menos por tudo aquilo que nós presenciamos através das mudanças inseridas na Cidade de Curitiba, nós haveremos de dar através daquela festa ali no Círculo Militar o referendo a um candidato que realmente poderá dar a mão à juventude e à família do Paraná para tentar mudar o rumo do nosso Estado.

Queremos nesse instante convidar a todos aqueles companheiros nossos, mesmo de outra agremiação que não seja desses quatro citados, que ali compareça para que nessa festa cívica, aonde realmente o convívio fraterno e amigo numa disputa leal a ser travada pelo nosso candidato e por outros candidatos que haverão de se apresentar a este Paraná, poderemos começar por esse Estado a dar um exemplo de uma credibilidade política diferente daquelas disputas tradicionais, aonde as artimanhas, aonde principalmente as críticas, e aonde as injúrias e difamações fazem parte e prevalecem sobre as propostas e a condição da mudança, vocês terão a certeza Paraná que o nosso candidato haverá de se postar numa linha pela qual a identificação da família, e da razão e da mudança será realmente a trilha a ser percorrida.

Quero nesse instante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, convidar a todos, indistintamente, para se fazerem presentes na festa cívica deste Paraná que irá lançar o companheiro Jaime Lerner a Governador do

nosso Estado. Ao terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria, através de um requerimento cumprimentar a nossa Cidade de Ponta Grossa, cumprimentar aos jogos estudantis municipais que neste ano, na sua 10.^a edição, reúne mais de dez mil atletas, reúne mais de 90 escolas, reúne a juventude através do esporte para uma amostra daquilo que a nossa cidade é, que é realmente uma cidade voltada à criança, à adolescência, à juventude. Não poderíamos nós, como representantes de parcela da população de Ponta Grossa, dizer um cumprimento em nome do povo do Paraná àquela direção séria que lá está os Jogos Estudantis Municipais. E nos associarmos também nos quarenta anos da Rádio Central do Paraná, uma das pioneiras deste interior paranístico, que deu à Região dos Campos Gerais através das suas ondas sonoras, e de diversos radialistas e jornalistas que ali passaram, através de suas presenças no microfone, das suas escritas em todos aqueles artigos que eram divulgados pela Rádio Central do Paraná, sempre tiveram na região uma mão amiga e uma orientação segura àquilo que era desejado.

Nos quarenta anos de existência aqui está registrado através de um requerimento nosso também o reconhecimento da família da região dos Campos Gerais e mais precisamente da família de Ponta Grossa, pelo muito que ele fez para a cidade ser o que ela é no dia de hoje.

Já dispensando a leitura de apoio a juventude que aqui se encontra, os estudantes da Faculdade de Artes do Paraná sem teto, através da palavra da Emilia e através de um requerimento, eu creio que encaminhado à Mesa, tem de nós e acredito que da maioria desta Casa, o apoio irrestrito a todas as boas causas como esta que vem ao nosso conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PTB. (Declina).

PFL, com a palavra o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, caros paranaenses que nos honram com a vossa presença.

Gostaríamos da mesma forma, como fez o Deputado Zuk, lembrar do encontro, acima de tudo cívico, que vai acontecer na próxima segunda-feira, dia 23 no Círculo Militar, quando os partidos coligados pela oposição, ao candidato que será lançado ao Palácio Iguaçu, haverão de homologar o nome do ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, ao Governo do Estado, bem como as candidaturas ao Senado do Senador José Ri-

cha e também do Carvalhinho, vice-Prefeito de Curitiba.

São quatro partidos que já compõem essa frente de oposição PDT, PTB, PSDB e o PFL. Diariamente a imprensa do nosso Estado quer ela escrita, falada ou mesmo televisionada, falam e dão ênfase as eleições do próximo dia 3 de outubro. Pesquisas são feitas em todas as regiões no Norte, Sul, Leste, Oeste e na Capital também e são os mais diversos resultados que são apontados. Os homens que defendem a candidatura da coligação PMDB/PP dizem que têm uma larga vantagem de votos sobre o candidato da oposição. Nós sabemos que nestes 5 meses que restam ainda, que nos separam das eleições do dia 3 de outubro, muita coisa ainda vai acontecer na vida política e pública em nosso Estado e na Assembléia não poderia ser diferente, que haverá de acontecer muitos fatos e esta Tribuna e este Plenário haverão de ser palco.

Sabemos que até o presente momento Jaime Lerner e o PDT estavam sozinhos, levando o nome do ex-prefeito aos quatro cantos do nosso Estado e a partir de segunda-feira, quando oficialmente nós teremos uma coligação apoiando um homem não só de renome do nosso Estado, mas um homem que tem conquistado os mais diferentes e diversos segmentos do nosso País e tem recebido as mais diversas homenagens no mundo inteiro. Países de primeiro mundo têm copiado o modelo administrativo implantado na Capital Ecológica do Brasil, que é a nossa capital Curitiba, implantado pelo ex-Prefeito Jaime Lerner.

Por isso que nós usamos no dia de hoje o espaço e o horário da Liderança do PFL para deixar registrado nesta oportunidade o acontecimento que se dará no dia 23 deste mês, próxima segunda-feira, quando serão homologadas essas candidaturas.

Eu não poderia deixar de registrar nesta oportunidade e também neste dia a Convenção que está acontecendo neste momento em Brasília, convenção do nosso Partido o PFL que, por sua vez, está participando na eleição que vai escolher o futuro presidente da República. O PFL se coliga com PSDB, coliga-se com o ex-Ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, o PFL indica o candidato a vice-Presidente.

Nós sabemos que o Brasil só sai desta crise a partir do momento em que os interesses dos homens públicos, dos políticos e, acima de tudo, da sociedade brasileira se sobressaírem diante dos interesses pessoais e partidários. Somente, assim, nós haveremos de retomar o crescimento econômico que o nosso País precisa. Junto com o crescimento econômico do nosso País haveremos de retomar o crescimento industrial do nosso Estado e fazer com o jovem que se forme hoje numa escola técnica, profissio-

nalizante, ou mesmo o jovem que sai da universidade deixe de enfrentar a fila do desemprego e que o mercado de consumo o acolha.

É isso que nós precisamos para o nosso Estado e para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA -(Pela Ordem) Senhor Presidente, (Assentimento).

Gostaria apenas, de registrar a presença do Vereador Losso da Cidade de Toledo, neste Plenário neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Nilton Roberto Barbosa, pelo PP.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Inicialmente, eu gostaria de dizer da solidariedade nossa e da Bancada do Partido Progressista aos estudantes da Faculdade de Artes do Paraná, que se fazem aqui presentes e que reivindicam o seu prédio que foi usado por mais de dezoito anos, na Rua Almirante Barroso.

É do nosso desejo que se resolva a questão dos estudantes da Faculdade de Artes do Paraná.

Comovia-nos até ontem a atitude do Senhor Presidente da República Itamar Franco quando devolveu o prédio da UNE aos estudantes e aceitava o convite para tomar um chope e brindar a volta do prédio.

Nós haveremos de, não tomar um chope, fazer partes dos aplausos que, com certeza, os estudantes da Faculdade de Artes do Paraná darão ao Governo Mário Pereira, ao Secretário da Educação pelo retorno do seu prédio e do seu terreno que reivindicam.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há muito tempo nós vimos usando a Tribuna desta Casa e alertando a insegurança que predominava na nossa região.

Dizíamos nós da falta de aparelhamento da Polícia Civil e da Polícia Militar. Dizíamos nós da falta de pessoal da Polícia Civil e Militar porque se fazia carente nos municípios da nossa região em especial aos municípios que aqui apresentamos. Há falta de delegado de polícia por não termos concurso, embora saibamos que hoje temos posse 74 novos delegados.

Mas, há mais de dois anos vinhamos pedindo ao Secretário da época, então, Moacir Favetti que ampliasse a segurança da nossa região, por se tratar, inclusive, de região fronteirista. Para nossa tristeza, ao pegarmos os jornais de hoje e ao vermos ontem o noticiário da TV Paranaense, Canal 12, no Jornal Estadual, quando trazia nos nossos televisores a manchete com relação

ao caso, de uma busca da operação fronteira que se faz nos Municípios de Pérola, Iporã e Altônia. Há muito havíamos pedido que fosse feito esse trabalho a nível de região.

Mas um trabalho sem alardes, um trabalho que não viesse justificar a ausência das polícias por mais de ano e meio, levantando problemas de contrabando, levantando os problemas de roubos de carros, porque muitos dos nossos companheiros sabiam onde estavam seus carros, e não podiam ir buscar, sabiam que estavam no Paraguai, e que muitas vezes até tinha saída com a convivência de elementos ligados na Polícia. Quando se faz um trabalho, precipita-se na sua divulgação, às vezes até dando tempo, dando trégua para que alguns envolvidos tenham tempo de foragir, e os outros até sem culpa, venham ver seus nomes estampados nos jornais, como é o caso, meu Caro Presidente, meus caros Deputados, do Dr. Jonas Xavier Pinto, por duas vezes Prefeito de Altônia, por três vezes ou mais Presidente da Associação dos Municípios, e médico há mais de 20 anos no Município de Altônia, vê seu nome hoje estampado nos jornais de todo Paraná, como traz na Folha de Londrina, na Folha do Paraná que diz: "Polícia prende cinco de super-quadrilha". E em baixo diz mais: "Segundo policiais o Prefeito de Altônia pode estar envolvido com grupo que rouba carros, tratores, barcos, e até aviões".

O que me causa estranheza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o fato da pressa que teve a Polícia na sua operação fronteira em trazer os dados para a imprensa, porque só se houve mudanças de alguns dias para cá, mas Umuarama mesmo tem uma Jornalista, a Vânia que escreve para a Folha de Londrina, e a matéria de Londrina saí aqui, "Mônica Santana, Sucursal de Curitiba". Como traz, também a Gazeta do Povo, e diz: "Delegado leigo comandava o crime na fronteira".

Notícia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no nosso entender, precipitada, porque não houve, ainda, apuração dos fatos, prenderam o sub-Delegado de Polícia de Altônia, prendeu-se mais dois ou três elementos, e junto também prenderam o Secretário da Prefeitura do Município de Altônia. Prisão temporária de cinco dias para averiguação de denúncia, e prisão esta que não estava envolvido o Prefeito de Altônia. E queremos, aqui, dizer, que não acreditamos na veracidade dessas denúncias com relação ao Prefeito Dr. Jonas Xavier, nosso companheiro de longas datas, nosso amigo de longas datas.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho aqui dizer da minha preocupação, porque a Polícia que hoje faz a operação fronteira, que ficou inerte há

mais de dois anos na nossa região, hoje ao fazer essa operação, são informações rápidas e emergentes, trazendo prejuízo para o seu trabalho, essa chamada operação fronteira. Vou aguardar o final dos cinco dias, acatado pela Justiça pelo, Juiz, onde concedeu autoridade policial, esta prisão temporária de diversos elementos da Cidade de Altônia, de Pérola, da nossa região, mas quero deixar para falar mais sobre a pessoa de Jonas Pinto, repito, Prefeito por duas vezes do Município de Altônia, médico por mais de vinte anos, após o prazo que deu a Justiça de cinco dias para os companheiros, para que os documentos que estão nos chegando à mão, nos dêem condições de fazer aqui um melhor relato.

Fica aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a minha preocupação: se de um lado desejo que tenha sucesso o trabalho da "operação fronteira", mas não só num prazo de uma semana ou 15 dias, mas que tenhamos sempre policiais na Delegacia e que tenhamos aparelhamento e que tenhamos inclusive os convênios firmados com a Polícia Civil e Militar, no que diz respeito à reforma de viaturas, ao abastecimento das viaturas, alimentação dos presos; que desonerem os nossos municípios, que não têm condições de arcar com as despesas e que dê condições ao Governo do Estado, via Polícia Civil, via Polícia Militar, de mais homens para a nossa região, de mais policiais, de mais viaturas, melhor aparelhamento para que esse trabalho não seja um trabalho de 4 ou 5 dias e que seja um trabalho perene para que possamos devolver às nossas famílias, sossego, paz e tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, PT com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, visitantes que se encontram nas galerias e estudantes da FAP que visitam hoje a Assembléia Legislativa.

Queremos, em nome do PT, dar todo o nosso apoio à luta dos alunos da Faculdade de Artes do Paraná que hoje aqui se encontram, pedindo a nós Deputados, um envolvimento político, no sentido de que esta Faculdade tenha teto, uma vez que a gente vê a Faculdade de Artes do Paraná, sem teto como está nesta faixa. Tenham teto onde possam ter correto, certo como um endereço, onde se tenha aulas, onde se tenha debate e onde se tenha, enfim, o crescimento de todos os que lá se encontram, sendo professores, alunos e mesmo o crescimento político e cultural da comunidade e da sociedade paranaense.

Queremos dizer que nós, do PT, apoia-

mos a reivindicação de vocês, porque hoje, se vocês reivindicam, não é em nome próprio, porque por lá vocês passarão e outras turmas virão. Reivindicam em nome da sociedade paranaense e é em nome dessa sociedade paranaense que nós do PT, nos incorporamos a essa luta. A Bancada é pequena, somente três, mas é guerrida e se somará à Bancada de outros Partidos aqui na Assembléia, como é o caso da Deputada Emilia Belinati que agora, em nome do PDT pede um aparte, que eu concedo.

A Sra. Emilia Belinati - Obrigado Deputado, pelo aparte que Vossa Excelência me concede e gostaria de me somar ao seu pronunciamento e à luta dos alunos e professores e funcionários da Faculdade de Artes do Paraná. Muitos deles aqui vieram para chamar a atenção da Assembléia Legislativa quanto as sérias dificuldades que estão enfrentando e que exigem uma ação imediata do governo.

Gostaríamos de fazer um breve relato da situação atual da Faculdade de Artes do Paraná.

"A Faculdade de Artes do Paraná, FAP, Instituição Estadual, congrega aproximadamente mil alunos, cem professores e vinte e dois funcionários técnicos-administrativos.

Fundada há vinte e sete anos, desde 1975 funcionava em um prédio localizado na Rua Paula Gomes, que acabou interditado pelo DECOM, em outubro de 1993, por estar em condições precárias.

Em março deste ano, ao retornarem das férias escolares, os alunos descobriram que não tinham local para estudar.

A Direção da Faculdade e a Secretaria de Ensino Superior, decidiram transferir as aulas para o prédio da Universidade Popular do Trabalho, no Bairro do Tarumã, argumentando que teria caráter provisório.

Com a transferência surgiram diversos problemas: o trecho de acesso é mal iluminado, o ônibus passa longe, as salas de aula são inadequadas. E há o agravante de que foi tirado o espaço de trabalho dos funcionários da UPT, causando uma situação delicada entre os usuários daquele prédio.

O prazo oficial da ocupação, marcada para durar 120 dias, acaba agora em junho, mas a comunidade está sentindo que a Direção da Faculdade e a Secretaria não estão empenhados em resolver o problema, pois não foi tomada nenhuma providência para que a FAP tenha um local definitivo.

Esta situação criada pelo Estado deixa a todos apreensivos e está se tornando insustentável. Em vista dos problemas, muitos alunos estão deixando de frequentar a faculdade, principalmente no turno da noite, pois a falta de segurança é fator primordial. Há referências a tentativas de

estupros, de assalto e outros constrangimentos, entre os que são obrigados a transitar na Avenida Victor Ferreira do Amaral até a porta da escola.

A comunidade da FAP só vê uma solução: a compra do imóvel da Rua Paula Gomes com Almirante Barroso, e sua consequente reforma. Na verdade, a finalização do processo de desapropriação, iniciado em janeiro de 1990.

Naquela ocasião, o então secretário de Estado da Administração, Mário Pereira, acatou a informação nº 39/90, do Coordenador do Patrimônio do Estado, quanto a necessidade da desapropriação do imóvel onde funcionava a FAP.

Em 26 de julho de 1990, o Diário Oficial nº 3.315, publicou o Decreto de nº 7.133, que desapropriou o imóvel.

Quase quatro anos decorridos, apesar da avaliação feita na época, ainda não foi formalizada a compra, pois não houve o pagamento. Mas, a direção da Faculdade já obteve rubrica orçamentária para que o prédio fosse reformado.

Feitas estas considerações conclamamos os Senhores Deputados e especialmente o Líder do Governo para que se busque o atendimento das reivindicações da FAP junto ao Governo do Estado. Informamos que já foram entregues ao Executivo dois documentos, acompanhados de abaixo-assinado, solicitando providências.

Então gostaríamos de que a Liderança do Governo mantivesse um contato com os líderes desse grupo de estudantes da FAP, no sentido de que sejam viabilizados as reivindicações da Faculdade de Artes do Paraná.

Agradecemos ao Deputado Rosinha pelo aparte e falamos em nome também da Bancada do PDT.

Obrigado.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de V. Exa. e gostaria de que no aparte da Deputada Emilia Belinati, a solicitação feita à Liderança do Governo que, após a Sessão, tivesse uma reunião com os representantes da FAP para podermos encaminhar, uma vez que já foi publicado o Decreto de desapropriação e ver o que falta para ser encaminhado a construção e a retomada deste prédio. E a UPT não foi criada para este propósito. A Universidade Popular do Trabalho tem um propósito diverso do que se tornar uma escola formal e sim é uma escola informal aonde vários movimentos sociais lá têm se reunido, debatido e têm feito a sua formação política.

Então, em nome do PT tem todo o nosso apoio e também em nome do PDT, conforme a Deputada Emilia Belinati e a Liderança do PMDB já disse que sim, que aguarda esta reunião após a Sessão. Tendo com o Deputa-

do Renato Adur ou o Deputado José Tavares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças: PMDB, Deputado Renato Guimarães Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. e Sra. Deputada, antes do nosso pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma citação a uma nota que saiu no jornal, Jornal do Estado, com data de hoje, Frase do Dia, em que com palavras entendemos talvez não muito bem apropriadas o nosso Presidente da Assembléia Legislativa foi, no nosso entendimento, recebedor de ofensas por parte do Deputado Florisvaldo Fier.

Gostaria que o Deputado Rosinha, não posso entender que foram estas as intenções diretas do Deputado Rosinha. Gostaria aqui de fazer um alerta que o Parlamento, o decoro Parlamentar é fundamental para que possamos bem encaminhar as questões do nosso Estado, as questões do Legislativo.

Portanto, fica aqui o nosso até constrangimento por esta nota que saiu no Jornal O Estado do Paraná. Esperamos que não tenha sido esta a intenção do Deputado Rosinha e queremos nos solidarizar com o nosso Presidente Orlando Pessuti, por ser ele, não o Orlando Pessuti, mas a autoridade máxima desta Casa sendo o nosso Presidente e mesmo que fosse qualquer outro Parlamentar. Entendo que deva ter sido um momento de desabafo, talvez, do Deputado Rosinha, ou coisa parecida, mas que esperamos que situações como estas a gente possa se controlar e possamos pedir aqui aos companheiros que se pudermos evitar isto só eleva o nosso Parlamento enquanto Parlamento.

Mas, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, temos hoje aqui em votação um Projeto de nossa autoria, Projeto de Resolução nº 009/94. Projeto que visa criar, pedir autorização para realização de plebiscito para criação do Município de Boa Ventura de São Roque.

Gostaria de fazer neste momento um pequeno relato sobre a história de Boa Ventura, hoje Boa Ventura de São Roque. Por que é que entramos com este Projeto de Resolução? Por que motivo temos defendido constantemente a criação de novos municípios, uma vez que o meu Município de origem que é Pitanga, nos últimos oito anos já obteve o desmembramento, de com este município, o quarto município seguidamente, a começar pelo município de Nova Tebas, em 87, depois o Município de Santa Maria do Oeste e o Município de Mato Rico, e agora o Município de Boa Ventura do São Roque.

A história nos conta que aqueles muni-

cípios em que tiveram o seu desmembramento nos tempos idos, fizeram e trouxeram para as regiões interioranas deste Estado, trouxeram o desenvolvimento, trouxeram a melhoria da qualidade de vida ao trabalhador da área rural, principalmente. E os municípios maiores aonde temos a dificuldade de acesso do agricultor lá do interior do seu município até a sede por menor que seja do seu município, esta dificuldade gera, na maioria das vezes, o desânimo, o desespero da população e a migração acaba sendo evidenciada para as grandes cidades, tornando esses municípios, quando não inabitáveis, senão Municípios com grandes latifúndios, o que é nocivo também para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. Daí a razão que buscamos durante todo esse tempo, buscar desmembrar uma região central do Estado, e temos aqui o Deputado Cezar Silvestri numa luta, também desta linha o Deputado Orlando Pessuti, e outros Parlamentares desta Casa, que conhecendo a região central do Estado do Paraná sabem que é o último foco de desenvolvimento desse Estado, é a última fronteira agrícola do Estado do Paraná. E Boa Ventura do São Roque, um Distrito criado há muitos e muitos anos atrás, que já deu ao Município de Pitanga muita contribuição, já forneceu Vereadores atuantes como o ex-Vereador Bernardino Dalzoto, nosso amigo aqui presente hoje; o Vereador Professor Carlito Ferreira, um dos primeiros professores da escola primária daquela região; o Vereador atual, Joaquim Domingos dos Santos; e tantos outros líderes daquela região que vêm se debatendo há mais de 60 anos Srs. Deputados com o problema fundiário da região, um problema crônico da nossa região central do Estado do Paraná, que foi o famoso grilo do Boa Ventura, aonde a população requereu no antigo DGTC as suas propriedades, foram para aquela região na esperança de dias melhores para si e para suas famílias, e quando lá chegaram fizeram legalmente no DGTC da época, que era o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, a sua inscrição e o seu requerimento da posse aonde se instalaram para obterem na época o título de propriedade. Qual não foi sua surpresa quando anos mais tarde apareceu um cidadão, chamado Cesar Siqueira, intitulado-se proprietário de uma área de mais de 70 mil alqueires de terra. E esses cidadãos que foram para lá nos idos de 1910, 1920, viram-se de repente aqueles seus requerimentos todos caídos por terra, e um outro proprietário na sua terra. Esses cidadãos, mesmo após o desespero e a estranheza, acabaram adquirindo pela segunda vez essa propriedade, adquiriram e pagaram em prestações.

Mais tarde houve uma ação do Governo

do Estado do Paraná buscando tornar aquele imóvel do Boa Ventura, juntamente com o imóvel do Tigre, torná-los nulos por vícios na sua origem. O processo que tinha mais de 17 volumes, foi concluído nos idos, no final de 81, no início de 1982. Aí se iniciou um novo processo de medição dessas propriedades e a recondução da documentação legítima a esses proprietários.

Estamos agora, após 13, 14 anos de luta, em fase final da entrega de quase três mil títulos de propriedades para os legítimos proprietários da região do Tigre e do Boa Ventura da região central do Estado do Paraná. E Boa Ventura já era distrito desde os idos de 1946, 48, 50. Um distrito hoje que fica, hoje, 1994, a sede do Distrito fica distante mais de cinquenta quilômetros da sede do município, é o maior distrito da região do Município de Pitanga, e é um distrito que tem hoje quase oito mil habitantes, quase quatro mil eleitores, mais de 1500 propriedades na área rural, um município que já conta hoje com o entreposto da COAMO, devido a sua importância na economia do Estado do Paraná pela produção agrícola.

E é por isso, Senhora e Senhores Deputados, que nós aqui queremos parabenizar a comissão de criação do município na pessoa do Senhor Presidente, Leonel França, queremos agradecer aos quinze Vereadores do Município de Pitanga, que assinaram o documento avalizando a criação, a autorização desse plebiscito.

E queria também pedir aos Senhores Deputados que nos auxiliem em desmembrar mais um distrito que terá, sem dúvida alguma, uma grande contribuição no desenvolvimento da região.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Renato Adur, nós, quando estivemos em campanha em 1990, estivemos no Distrito de Boa Ventura e até por uma ligação muito forte que nós temos com aquela região, fui proprietário rural no distrito de Boa Ventura, nós sentimos a vontade da população e quero aqui também transmitir a Vossa Excelência e a todas as pessoas da Boa Ventura que estão presentes nesta data, de que além do abaixo-assinado dos Senhores Vereadores, nós conversamos com o Prefeito de Pitanga, onde ele também concorda com a aspiração do povo de Boa Ventura e quero aqui neste momento declarar antecipadamente meu voto favorável à emancipação de Boa Ventura.

O SR. RENATO ADUR - Nós agradecemos, e para concluir, Senhor Presidente, o De-

putado Pessuti que sempre nos ajudou também em todos os momentos que nós buscamos o apoio nesta Casa, não só dele como Presidente, mas como Parlamentar, sempre foi favorável, sempre nos ajudou.

Quero dizer, estaremos contribuindo com uma região pobre do Estado do Paraná em comparação com as demais regiões deste Estado e que a criação do Município de Boa Ventura, a exemplo de Mato Rico, de Nova Tebas e de Santa Maria que hoje estão lá para quem quiser ver, nós teremos o desenvolvimento levado para o interior desses municípios maiores como Pitanga e teremos um benefício para os produtores, trabalhadores desse município e com isso nós estaremos contribuindo com as cidades grandes, como Curitiba, porque uma vez, nós melhorando a condição de vida da população lá no seu local de trabalho, aonde tem a sua vida, aonde tem o seu trabalho, sua vida, sua escola, evidentemente ninguém irá querer sair para buscar uma vida, talvez mais difícil, de mais dificuldades nas cidades grandes.

Quero agradecer a presença de todos que aqui vieram para testemunhar hoje esta segunda votação nesta Casa e tenho certeza absoluta que nossos pares, saberão compreender as agruras dessa nossa população e nos darão amplo apoio nesta votação.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Horário das Lideranças: PSDB.

(Declina)

PL.

(Declina)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, esta Presidência registra, a pedido do Deputado Namir Piacentini, a presença em Plenário, dos Senhores Valdir Dalécio, ex-Prefeito de Ubiratã, e Antonio Alberto Scoparo, ex-Prefeito de Cruzeiro do Oeste.

Também esta Presidência informa aos Senhores Deputados, que no dia de amanhã, quinta-feira, teremos duas sessões, às 09:00 horas da manhã Sessão Ordinária, para discussão e votação de projetos de lei cuja Ordem do Dia será anunciada no final desta sessão, portanto, uma Sessão Ordinária às 9:00 horas e às 4:30 horas da tarde, 16:30 horas, teremos uma Sessão Solene, quando será prestada uma homenagem ao centenário da morte do Barão do Serro Azul, por proposição do nobre Deputado Alceu Swarowski, e por deliberação do Plenário foi estipulado o dia 19, 16:30 horas.

Portanto, amanhã, sessão às 9:00 e às 16:30 horas.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós ouvimos atentamente os apelos da Deputada Emilia Belinati e do

Deputado Dr. Rosinha, a respeito da FAP. Nós gostaríamos de comunicar aos presentes, aos Senhores Deputados, que há dias atrás, nós também recebemos uma comunicação, um apelo dos alunos e professores da FAP e tomamos, a Liderança do Governo tomou a iniciativa de encaminhar um expediente ao Senhor Governador do Estado, fazendo um apelo para que o Governo do Estado do Paraná desse uma atenção especial a este caso e foi encaminhado também ao Secretário da Ciência e Tecnologia, Secretário Professor Adahil Sprenger Passos, o qual já nos comunicou que, inclusive, que está à disposição, Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhores alunos e professores, de vir a esta Casa para se reunir com uma comissão, com as pessoas interessadas e discutirmos este assunto para ver o que fica melhor para a questão da FAP.

De antemão queremos dizer que a nossa bancada do PMDB, assim como fez a Bancada do PT, somos solidários aos alunos e professores da FAP, contem com o nosso trabalho junto ao Governo do Estado do Paraná e temos certeza de que haveremos de chegar a um bom termo para esta situação.

Devemos marcar, Senhor Presidente, ainda hoje, data e hora desta reunião com o Secretário da Ciência e Tecnologia juntamente com a Deputada Emilia Belinati, Deputado Rosinha, Deputado Nilton Barbosa e os demais Deputados que fazem parte desse grupo.

Muito obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, eu estou solicitando de Vossa Excelência, já que a Sessão será às nove horas da manhã, a possibilidade de ser publicada a Ordem do Dia ainda hoje até o final da tarde, para que possamos ter o tempo necessário e possível para analisar os projetos para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Deputado que os projetos que constarão da sessão ordinária de amanhã são projetos em segunda discussão, cujos teores e conteúdos constam já publicados na Ordem do Dia de hoje em primeira discussão.

Com certeza, até o final da tarde, a Ordem do Dia estará pronta.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pe-

lo Sr. Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do P.P., constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para a suplência na Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e na Comissão de Saúde Pública. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do P.T.B., constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado, para a suplência na Comissão de Constituição e Justiça. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência também se soma aos Srs. Deputados e agradece a presença entre nós dos integrantes, alunos da Faculdade de Artes do Paraná e também aos companheiros amigos hoje município de Pitanga, e certamente, do futuro e profícuo município de Boaventura lá na região Centro Oeste do Estado do Paraná.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/93, autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece normas para concessão de certidões para Prefeituras. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 395/93. **Retirado pelo autor.**

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 395/93 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 01

Acrescente-se ao Art. 1° da proposição supra os parágrafos 1° e 2°, com a seguinte redação:

§ 1° - Analisadas as contas e constatada pendência, o Tribunal de Contas fornecerá uma certidão negativa, que terá prazo de validade máxima de até 90 (noventa) dias.

§ 2° - No prazo acima, o atual prefeito, cujo município tenha pendência junto ao Tribunal de Contas, deverá tomar providências tendentes à regularização, no plano administrativo ou judicial das mesmas; o que condicionará a liberação de nova certidão.

Sala das Sessões, em 18.05.94

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

Moralidade, legalidade, impessoalidade e publicidade são princípios básicos e fundamentais que devem marcar os atos da Administração Pública. Por conseguinte, o prefeito, representante da vontade estatal, deve buscar todos os meios legais e legítimos para a correção das irregularidades administrativas.

Certo que não deve ser punido por algo que não cometeu, porém não deve se omitir de seu papel de administrador da coisa pública.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça, para o competente parecer.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 041/93, que objetiva acrescentar ao artigo 58, da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o inciso VIII e do § 4°, com redação conforme especifica (Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Refere-se ao fundo de previdência social dos servidores públicos estaduais.

Este projeto tem pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e emenda de Plenário também com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Está em discussão o projeto e a emenda.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **Rejeitada.**

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

É a emenda nº 01 de Plenário que V. Exa. está colocando em votação?

Quero só lembrar que esta emenda está exatamente de acordo com o atual discurso do Governo do Paraná em fomentar o desenvolvimento industrial e estamos viabilizando recursos vultosos para isso com esta emenda.

Acho estranha a posição da Bancada do Governo nesse caso.

Recursos que em vez de estarem aplicados no mercado financeiro, como são recursos de previdência dos funcionários, estariam à disposição de financiamentos industriais de longo prazo para gerar empregos, rendas e impostos à sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda nº 01 de Plenário. Os Srs. Deputados que forem favoráveis queiram levantar-se. Os favoráveis que levantem. Treze Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Dezoito rejeitam.

Está rejeitada a Emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito para a população decidir sobre a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 639/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 073/93, dispõe, que ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado, dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º Grau completo. COM PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J., C.S.P. e C.E.E.C.. (Publ. no D.A. nº 153 de 03.11.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 639/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 639/93 de autoria do Poder Executivo, dispõe que ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo.

Louva-se a escolaridade mínima exigida de 2º grau, contudo, o Projeto está eivado de inconstitucionalidade, pois, de acordo com ditames do art. 37, inciso II da Constituição Federal e art. 27, inciso II

da Constituição Estadual, ambos preceituam que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Sendo assim, apresentamos parecer contrário.

Sala das Comissões, em 23.11.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 639/93

P A R E C E R:

De iniciativa do Poder Executivo do Estado, encaminhado pela Mensagem nº 073/93, o Projeto de Lei nº 639/93 dispõe que, ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado, dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo.

Além de corroborar os termos do parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, em 23 de novembro de 1993, sobre a inconstitucionalidade da medida, esta Comissão vê por bem desaconselhar sua aprovação pela Assembléia Legislativa por não significar necessariamente melhoria na qualidade dos serviços de segurança pública.

O projeto é por demais genérico e a justificativa, por sua vez, é simplista quando afirma que a medida viria garantir a ocupação dos cargos em tela com recursos humanos melhor preparados intelectualmente. Todos sabemos que tal melhoria não será obtida unicamente com a aprovação desta proposta e também não há como aperfeiçoar esses recursos humanos sem pensar na reciclagem dos profissionais já integrados aos quadros policiais, muitos dos quais detentores de diplomas de 2º e até de 3º Graus.

Por fim, não há que se esquecer de que o próprio governador, ao enviar a esta Casa, anteriormente, projeto de lei visando criar cargos de assistente de segurança, em comissão, sem exigência de qualquer escolaridade, avaliou que este requisito era irrelevante.

Não se pode exigir dos ocupantes de cargos inferiores aquilo que não se pediu aos nomeados em funções superiores, como no caso ilustrado acima.

Assim, esta relatoria oferece parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 639/93. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.94
(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 639/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 073/93, o presente Plano de Lei dispõe que ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado, dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2° Grau completo.

Examinada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer contrário por apresentar visível inconstitucionalidade, uma vez que para ocupar cargos públicos há a necessidade de um concurso público de provas e títulos.

Isto posto, esta Comissão conclui pela não aprovação do projeto apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.94

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

Este projeto recebeu parecer contrário da C.C.J., C.S.P., e C.E.E.C..

Em discussão. Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Deputados, esta Casa analisou com muita profundidade a Mensagem do Governador do Estado em se tratando da exigência da escolaridade para ingresso nas carreiras da polícia. De iniciativa do Poder Executivo do Estado a Mensagem n° 73/93, este projeto de lei dispõe, que ressalvadas as exigências para determinados cargos, postos e graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado, dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2° grau completo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, além de corroborar os termos do Parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça datado de 23 de novembro de 93, sobre a inconstitucionalidade da medida, a Comissão de Segurança Pública desta Casa, da qual somos o Presidente, esta Comissão vem por bem desaconselhar a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por não significar, necessariamente, melhoria na qualidade de serviços de segurança pública. O projeto é por demais genérico, e a justificativa, por sua vez, é simplista, quando afirma que a medida viria melhorar e preparar intelectualmente os policiais, melhorar os recursos humanos.

Todos sabemos que tal proposta, e também não há como aperfeiçoar esses recursos humanos, sem pensar na reciclagem dos profissionais já integrado nos quadros policiais, muitos dos quais detentores de diploma de 2° grau, até 3° grau. E também

não há de se esquecer que o próprio Governador ao enviar a esta Casa anteriormente o Projeto de Lei visando criar cargos de Assistente de Segurança e Comissão, sem exigência de qualquer escolaridade, avaliou que este requisito era irrelevante. Por esta razão é que este projeto, esta mensagem do Senhor Governador recebeu pareceres contrários de todas as Comissões por onde ele tramitou.

Quero, neste momento, invocando o Regimento da Casa, Senhor Presidente, fazer uma questão de ordem.

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, o Projeto de Lei Complementar n° 639/93 não pode ser objeto sequer de deliberação em Plenário, pois que no Artigo 124 do Regimento Interno, no § 4° diz o seguinte:

"Não será considerado objeto de deliberação, o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental".

A CCJ deu parecer pela inconstitucionalidade da matéria e não bastasse isso, todos os demais pareceres das Comissões, foram contrários à aprovação do projeto.

Assim, ainda alerta ao Artigo 126 do Regimento Interno, que diz:

"O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado".

Desta forma, requeiro à Mesa a retirada deste projeto de lei complementar e conseqüentemente, o seu arquivamento, porque esta minha questão de ordem está baseada no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência, também com base no Regimento Interno desta Casa, regimento bastante generoso, diga-se de passagem, e dentro daquilo que estabelece o Artigo 250, que diz:

"Serão arquivados em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores".

Parágrafo Único: "O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e dos projetos vetados".

Tendo em vista tratar-se de um projeto da iniciativa do Poder Executivo, colocaremos o projeto, para apreciação do Plenário.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor

Presidente, Senhores Deputados, além das razões já registradas pelo nobre Deputado Algaci Túlio, temos que registrar também que no ano passado, quando aqui se autorizou a criação de mais de 300 cargos de delegados "calças curtas", nos preocupávamos com a questão da escolaridade e, naquela oportunidade, o Deputado Luiz Car-

los Alborghetti e o Deputado que vos fala, apresentamos emendas mesmo nos colocando contra a aprovação daqueles cargos, porque eram apenas cargos comissionados para apadrinhamentos políticos, apresentamos a emenda, alertando a respeito da escolaridade.

Vemos hoje que o ex-Governador Requião também se preocupou com essa questão da escolaridade e apresenta uma mensagem, apesar de considerada inconstitucional pelas Comissões da Casa, lembrando a iniciativa que, naquela oportunidade tivemos, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e eu, em registrar questão da escolaridade que é ponto fundamental.

Temos que deixar registrado que o referido projeto de lei complementar, não está ferindo outro dispositivo além daqueles dispositivos que atingem obviamente as carreiras da Polícia Civil do Paraná, nós vemos também a preocupação de que esta lei, se aprovada pela Casa, estaremos em flagrante inconstitucionalidade, visto que ela se sobrepõe a um direito constitucional que é o ingresso ao serviço público por concurso de provas e títulos e neste momento, teríamos que ter, ao invés de uma mensagem de lei complementar, teríamos que propor alteração à Constituição para que ali também, ficasse garantida a escolaridade e o ingresso no serviço público.

O SR PAULO MAIA - ... a escolaridade e o ingresso no serviço público através de concurso de provas e títulos. Nós temos certeza que este seria o caminho mais correto e mais viável nesta oportunidade. Mas temos que destacar a iniciativa, que já é uma preocupação, pelo menos, em qualificar melhor ainda a Polícia Militar do Paraná e as respectivas carreiras: tanto civis quanto militares. Temos que deixar aqui, registrado, a postura também que se soma a Bancada do PDT nas observações feitas pelas respectivas comissões da Casa e estaremos votando conforme as Comissões.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) -

V.Exa. recorre ao art. 250 do Regimento Interno, que se eu consegui entender diz: "Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores". Não é o caso deste Projeto. O parágrafo único também não se aplica quando diz: "... o disposto deste art. não se aplica aos Projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e dos Projetos vetados." Então, Sr. Presidente o que levanto na minha Questão de Ordem é o fato de estar muito bem explicitado no Regimento Interno da Casa, de que todo projeto que não for aprovado em nenhuma das comissões por onde ele passa, não deverá, conseqüentemente, vir a

plenário. Ele não é um projeto de legislação anterior, o seu arquivamento não é apenas um mero arquivamento, se pede o arquivamento pela total inconstitucionalidade e pelo fato de que ele não passou em nenhuma das comissões.

Portanto, no entendimento deste Parlamentar, não vejo que se possa aplicar o recurso de V.Exa. no art. 250 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Depu-

tado Algaci Túlio, nós temos que concordar com V.Exa. quando se trata de Projeto de Lei de iniciativa deste Poder Legislativo. Quanto a isso não divergimos. Mas se no Regimento Interno da Casa diz que em nenhuma fase de sua tramitação serão arquivadas mensagens oriundas do Poder Executivo. Por analogia nós temos que entender que também, nesta fase, nós não poderemos determinar o arquivamento deste Projeto de Lei. Razão pela qual nós o incluímos na Ordem do Dia mesmo tendo ele recebido pareceres contrários em todas as comissões.

Cabe, portanto - ao plenário, decidir pela continuidade do Projeto, aprovando-o, e sabe V.Exa. que em se tratando de Projeto de Lei Complementar, para ser aprovado há a necessidade de 28 votos favoráveis.

O SR. ALGACI TÚLIO - Fica meu protesto, Sr. Presidente!

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Quero apenas, Sr. Presidente, para me somar às palavras de V.Exa. e dizer que tem sido uma prática constante nos parlamentos brasileiros, sobretudo no Congresso Nacional aonde vivi durante oito anos, a aplicação de dispositivos por analogia. A aplicação de Regimentos, como por exemplo, o Regimento da Câmara muitas vezes se aplica - subsidiariamente, ao do Senado e vice-versa, quando o Regimento comum das duas Casas é omissivo a respeito de determinadas questões. V.Exa. agiu corretamente como Presidente deste Parlamento ao dar aplicação, por analogia, do art. 250 do nosso Regimento.

Gostaria também, Sr. Presidente, de aproveitar esta Questão de Ordem para justificar e dar uma satisfação aos nobres colegas Deputados que compõem a Bancada de Oposição, quanto a essa propositura. O então governador Requião, a partir do momento em que encaminhou a esta Casa a Mensagem criando cargos de assistente de segurança, cargos de simbologia C, para suprir a necessidade de preenchimento de cargos de delegados de muitas cidades e comarcas do Paraná, ele reconheceu que foi um equívoco seu não ter contemplado, naquela Mensagem, a exigência do grau de escolarida-

de. Tanto é verdade que V.Exa. é testemunha e todos os Deputados sobretudo os que apóiam o Governo são testemunhas, que nenhum assistente de segurança foi nomeado sem que comprovasse, através de documento hábil, que estava com o segundo grau concluído.

Portanto, se houve uma falha e a falha é algo normal das pessoas, dos seres humanos, em não se contemplar naquela lei na prática o Governador Requião e o Governador Mário Pereira vem exigindo a comprovação da escolaridade da conclusão do segundo grau para o preenchimento dos cargos de assistente de segurança.

E por isto é que S.Exa. entendeu ao final do seu mandato de elaborar esta mensagem e remetê-la à Assembléia Legislativa, exatamente com o espírito de melhorar a qualidade e a qualificação e o nível dos nossos policiais civis e militares.

Por onde nós andamos nós ouvimos da sociedade indagações, inquietações em cima de determinados acontecimentos envolvendo policiais despreparados. E a população nos cobra e nos questiona: por que não se exige um grau de escolaridade maior para o ingresso nas carreiras policiais? E é exatamente o que nós estamos fazendo. O que nós queremos é melhorar o nível dos policiais militares e civis do Estado do Paraná e esta melhoria de nível, Sr. Presidente, começa pela exigência de um maior grau de escolaridade para que as pessoas que vierem a prestar serviços em nosso nome, em nome da sociedade paranaense, nas carreiras das polícias civil e militar, elas tenham um mínimo de condições para tratar bem as pessoas que delas necessitarem de uma atenção. Tem sido frequentes as reclamações no trato entre policiais militares que exercem funções de policiamento de trânsito e a sociedade civil como um todo. Por que é que esses policiais normalmente nos tratam com grosseirias e de maneira desrespeitosa? Principalmente porque eles têm um baixo índice de escolaridade.

E é neste sentido, é por esta razão que nós defendemos a aprovação deste projeto, desta matéria.

Fazemos, inclusive, um apelo à Bancada de Oposição que naquela oportunidade em que pese este Deputado aqui não estar porque era Secretário da Justiça, que a Bancada da Oposição se some a nós, já que o quórum é qualificado, e vamos então dar os vinte e oito votos mínimos para que nós possamos melhorar, dar um passo adiante na melhoria da qualificação das nossas polícias civil e militar do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o que nós entendemos é de que analogia tem se aplicado quando ela é de

interesse do Governo. Lamentavelmente é assim. E a minoria cabe a posição de tentar convencer através do que diz a lei. Acho que não podemos passar um atestado de incompetência ao aprovarmos um projeto que foi recusado por três Comissões nesta Casa.

E além do que quando o Deputado José Tavares fala como questão de melhoria dos recursos humanos, há que se pensar também na melhoria salarial do policial civil e do policial militar. Não é apenas por exigência de uma melhor escolaridade é que se vai angariar mais gente para formar os quadros da Polícia Militar, hoje deteriorados com falta de gente. Eu acho que esta questão tem que ser discutida com mais amplitude, com mais profundidade.

Por isso, Sr. Presidente, eu ainda encareço aos Parlamentares de Oposição e mesmo aos Governistas que entendam de que se nós votarmos favoravelmente este projeto estaremos passando por cima do entendimento das respeitáveis Comissões desta Casa.

É este o apelo que eu faço.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando do encaminhamento pelo Poder Executivo da mensagem criando os cargos de delegados calças-curtas, a Comissão de Constituição e Justiça deu um Parecer contrário porque afirmava ser matéria objeto de lei complementar e não de lei ordinária e agora nós verificamos que o Governo agiu daquela forma, de má fé, porque matéria objeto de lei complementar exige como V.Exa. já afirmou, vinte e oito votos favoráveis, que naquela oportunidade jamais teria o Governo porque era assunto controvertido, era matéria que estava sendo polêmica. E por que o Governo em mesma matéria, no mesmo sentido envia para esta Casa uma Mensagem de Lei Complementar e não de Lei Ordinária; objeto de Lei Complementar e não objeto de Lei Ordinária? Nós temos nesses três anos e meio aqui na Assembléia Legislativa sentido o peso do Governo, o desrespeito total à Constituição, o desrespeito às opiniões fundamentadas a opiniões exaradas, com critério, com responsabilidade, procurando na Constituição, na lei e no Regimento Interno o amparo; ou então a crítica, ou a desobediência a qualquer Mensagem que não vinha de acordo com a Constituição. Então, o que se vota aqui? Vota-se ao bel prazer do Governo do Estado, somando os Deputados que dão apoio ao governo Estadual, a minoria, mesmo com direito, não é atendida, mesmo com a constituição sendo contrariada esta constituição é rasgada permanentemente na Assembléia Legislativa do Paraná.

Estamos encerrando essa Legislatura,

muitos aqui não mais votarão, eu serei um deles, desencantado com esta Casa não disputarei eleição. Não temo julgamento da opinião pública a respeito da minha conduta como Deputado Estadual, como homem público, como responsável por um mandato que o povo me outorgou. Mas muitos não voltarão, porque haverá a justiça da população paranaense para aqueles, que não cumprindo com o seu mandato Parlamentar, não cumprindo com a Constituição que juram obedecer ao serem impossados como Deputados Estaduais, receberão então o veredito final da população responsável e consciente desse Estado. Hoje vota-se matéria, objeto de Lei Complementar, quando ontem, a mesma matéria, regulada pelo mesmo artigo da Constituição, votava-se como matéria de Lei Ordinária, apesar do nosso apelo, apesar da nossa advertência, onde nós chegamos a pedir ao Governo, e V.Exa. aqui não estava Sr. Deputado José Tavares, e se aqui estivesse, creio: atenderia o nosso apelo. Nós que chegamos a pedir que o Governo retirasse a Mensagem Governamental porque era inconstitucional, remetesse uma nova Mensagem de proposta de Lei Complementar, e nós votaríamos então conscientemente e amparados pela Constituição. Desta forma a oposição, e eu particularmente, não tenho outro objetivo, e nem terei outro comportamento, a não ser votar favoravelmente aos Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças, que foram contrárias a apreciação e a aprovação dessa Mensagem Governamental.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Colombino Grassano, o Governo do Estado quando remete à Assembléia Legislativa sua Mensagem ele não especifica se é um Projeto de Lei Complementar ou não. A autuação desse Projeto por conta da Diretoria Legislativa e pela Coordenadoria das Comissões é que estabeleceu no caso dos assistentes de segurança, e agora no caso do ingresso nas carreiras policiais civis e militares a exigência da escolaridade mínima de 2º grau completo. Tanto num caso como no outro a autuação dos projetos como Lei Ordinária, ou Lei Complementar, não foi proposta ou iniciativa do Poder Executivo, mas sim de quem cabe esta situação, que é a Diretoria Legislativa ao autuar o Projeto. E o fez naquela ocasião a Diretoria, tenho convicção disso, obedecendo o que dispõe o artigo 66 da nossa Constituição, que diz: "Ressalvado o disposto nessa Constituição são de iniciativa privativa do Governo as leis que disponham sobre: criação de cargos, funções, ou empregos públicos na administração direta, autárquica do Poder Executivo, ou aumento da sua remuneração. Então, se naquela ocasião foi autuado como Projeto de Lei Ordinária a

criação daqueles cargos fora feito com base naquilo que estabelece o artigo 66 inciso nº 01 da nossa Constituição Estadual.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, em conformidade com o preceito contido no artigo 53 inciso 9, combinado com o artigo 66 inciso 2 ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V.Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo que ressalvadas as exigências específicas para determinados cargos, postos e graduações o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente.

Isto foi assinado pelo Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, encaminhando à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei complementar.

Era o que eu tinha a informar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Feitos os devidos esclarecimentos o Projeto de Lei Complementar 639/93 está em votação.

Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei 639/93 queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 34 (trinta e quatro) Srs. Deputados responderam à chamada.

Há quórum para deliberação deste Plenário.

Solicito aos Srs. Deputados que retornem aos seus lugares para verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 639 queiram levantar-se.

24 (vinte e quatro) Srs. Deputados aprovam, por conseguinte, não obteve o número de votos necessários para aprovação. Está Rejeitado o Projeto.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 019/94, que autoriza a BANESTADO S/A-Informática a criar e participar do Capital Social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Limitada, que será composto e integralizado,

conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no DA n° 19, de 16.03.94-Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 69/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 69/94, oriundo da Mensagem Governamental n° 19/94, na oportunidade sendo analisado por este relator, autoriza a BANESTADO S.A. Informática a criar e participar do Capital Social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Limitada, que será composto e integralizado, conforme específica.

A matéria cumpre dispositivo Constitucional, conforme disposto no artigo 17, inciso XIX.

Por tal fato, este relator emite o seu parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 069/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o BANESTADO S.A. Informática a criar e participar do Capital Social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Limitada.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer favorável ao analisar a proposição em tela.

Sendo assim, a Comissão de Finanças não encontra nenhum óbice para que o projeto seja apreciado pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator.

Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, só para esclarecer, nós na primeira votação, solicitamos, em acordo com o Deputado Renato Adur, a retirada desse Projeto em função de que havia pendência de um pedido de informações da Comissão de Finanças ao Projeto.

Infelizmente, o pedido de informações chegou a nossas mãos agora, durante a Sessão, nós votaremos favorável ao Projeto de Lei hoje, e, na sequência, amanhã, provavelmente, vamos ter o tempo possível para analisar as informações recebidas.

O Projeto está em votação. Aprovado.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 108/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 031/94, cria o Fundo de Reequipamento do Fisco (FUNREFISCO), de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos para despesas de capital da Coordenação da Receita do Estado, Órgão da Secretaria de Estado da Fazenda. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. n° 33, de 04.04.94, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 108/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo o Projeto de Lei n° 108/94, que cria o Fundo de Reequipamento do Fisco (FUNREFISCO), de natureza contábil, com finalidade de prover recursos para despesas de capital da Coordenação da Receita do Estado, Órgão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O Projeto em tela do Poder Executivo está fulcrado no art. 135 IX, da Constituição Estadual, "in verbis".

Art. 135 - são vedados:

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

Em sendo assim, é legal o procedimento do Poder Executivo.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal e a matéria está em condições de ser submetida a apreciação no Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 13.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 108/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o presente Projeto de Lei tem por finalidade criar o Fundo Reequipamento do Fisco (FUNREFISCO):

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer favorável ao analisar a proposição em tela.

Sendo assim, a Comissão de Finanças não encontra nenhum óbice para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 125/94, de autoria do Poder Executivo-

Mensagem nº 035/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros reais), conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. nº 41, de 18.04.94. - Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 125/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 35/94, o Projeto de Lei nº 125/94, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente Orçamento da Secretaria da Fazenda.

Satisfeitas as informações solicitadas, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por essa Casa de Leis, sendo assim, manifestamo-nos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 125/94

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 35/94, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de quinhentos milhões de cruzeiros reais (CR\$ 500.000.000,00), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

Após análise da Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente não encontra qualquer óbice, principalmente por especificar as origens do recurso.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior encaminhamento ao Plenário para votação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
COSTENARO NETO - Relator.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/94, ficam criados, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 61 (sessenta e um) cargos de Provimento Efetivo, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. nº 46, de 27.04.94 - Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 142/94

P A R E C E R:

Autor: Poder Executivo

De autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Mário Pereira, o presente Projeto de Lei nº 142/94, enviado pela Mensagem nº 037/94, objetiva criar, na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 61 (sessenta e um) cargos de provimento efetivo, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Requerido pelo Líder do Governo Renato Adur, em Regime de Urgência, a proposição se encontra em perfeitas condições para tramitar nesta Casa de Leis.

Portanto, somos de parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 142/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 037/94, objetivando criar, na Parte Permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, 61 (sessenta e um) cargos de provimento efetivo, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sobre a matéria já existe o Parecer Favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/94, que prorroga até 30 de novembro de 1994, o prazo de que trata o Parágrafo Único, ao art. 1º, da Lei nº 10.509, de 17 de outubro de 1993, (Magistério Público). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. Aprovado. (Publ. no DA. nº 49, de 02.05.94 - Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 145/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 39/94, Projeto de Lei n° 145/94, tem por objetivo prorrogar, até 30.11.94, o prazo de que trata o parágrafo único do artigo 1° da Lei n° 10509 de 27.10.93 (Magistério Público).

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade e legalidade do mesmo, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 10.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 145/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a essa Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, oriundo da Mensagem n° 039/94, que prorroga, até 30 de novembro de 1994, o prazo de que trata o parágrafo único, do art. 1°, da Lei n° 10.509, de 27 de outubro de 1993, (Magistério Público).

Tendo sido submetido a análise da Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a tramitação do mesmo.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 17.05.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator.

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 010/94, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, que aprova relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar: COM PARECER da C.P.I.M.P..

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 010/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar possíveis irregularidades na Polícia Militar do Estado.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.94

(aa) DOUTOR ROSINHA - Presidente

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

Apoio: Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães e Cezar Silvestri.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA POLÍCIA MILITAR

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Polícia Militar, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier e contando com as presenças dos Deputados Colombino Grassano, Emilia Belinati, Luiz Henrique Bona Turra e Plauto Miró Guimarães, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O Presidente relata os fatos que ocasionaram a realização da reunião na data de hoje e coloca o nome do Deputado Luiz Henrique Bona Turra para funcionar como relator "ad hoc" tendo em vista o não comparecimento do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. O Deputado Luiz Henrique Bona Turra estranha o fato e aceita a incumbência de relatar os trabalhos da C.P.I.. Em seguida, o Sr. Presidente coloca em votação o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO, com a ressalva da possibilidade de emendá-lo. O Presidente coloca, então, as emendas dos Srs. Deputados em discussão e votação. Emenda n° 01, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, sobre a construção da BARCO. APROVADA. Emenda n° 02, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, sobre as denúncias de enriquecimento ilícito do Cel. Capriotti. APROVADA. Neste momento o Deputado Florisvaldo Fier passa a presidência dos trabalhos ao Deputado Colombino Grassano. Emenda n° 03, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre diárias. APROVADA. Emenda n° 04, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o FUNREBOM. APROVADA. Emenda n° 05, do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o caso Cianorte. APROVADA. Emenda n° 06, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre as denúncias de irregularidades da AVM. APROVADA. Emenda n° 07, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Plauto Miró Guimarães, sobre a substituição do texto do item 7 da pág. 4. APROVADA. Emenda n° 08, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Plauto Miró Guimarães, sobre a substituição do item 8 da pág. 4. APROVADA. Emenda n° 09, de autoria dos Deputados Colombino Grassano e Florisvaldo Fier, sobre o SIATE. APROVADA. Emenda n° 10, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o ALAS. VOTAÇÃO ADIADA. Emenda n° 11, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. RETIRADA. Emenda n° 12, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Luiz Henrique Bona Turra, sobre a D-20. APROVADA. Emenda n° 13, de autoria dos Deputados Colombino Grassano e Florisvaldo Fier, sobre as obras de Santa Terezinha. APROVADA. Emenda n° 14, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, sobre o

LEDEFI. APROVADA. Emenda n° 15, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre HPM. APROVADA. Emenda n° 16, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre Mauzar/Witek. APROVADA. Emenda n° 17, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre reunião do Hotel Deville. APROVADA. Emenda n° 18, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre as campanhas de arrecadação. APROVADA. Emenda n° 19, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o Ten. Enéquio. APROVADA. Emenda n° 20, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre a AVM. APROVADA. Emenda n° 21, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre outras denúncias. APROVADA. Emenda n° 22, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Emilia Belinati, sobre as contas da residência do Major Witek. APROVADA. Emenda n° 23, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre o Sarg. Aparecido. APROVADA. Emenda n° 24, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre a Nota para a Imprensa. RETIRADA. Emenda n° 25, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, sobre estadia do Cel. Capriotti no Hotel Deville. APROVADA. Tendo em vista o adiantado da hora, o Sr. Presidente suspende os trabalhos, marcando a continuação do mesmo para às 14:30 horas. Com os mesmos membros da Comissão e contando com a presença do Deputado Cleiton Kielse. Crisóstomo foi reaberto os trabalhos às 15:30 horas. Após reabrir a reunião, o Deputado Florisvaldo Fier passa a presidência ao Deputado Colombino Grassano. Emenda n° 26, de autoria dos Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Florisvaldo Fier, sobre a BARCO. APROVADA. Retorna a discussão e votação da Emenda n° 10, do Deputado Florisvaldo Fier. DISCUSSÃO ADIADA. Emenda n° 27, de autoria da Deputada Emilia Belinati, sobre diárias. APROVADA. Emenda n° 10, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. APROVADA, com nova redação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Florisvaldo Fier, após reassumir a presidência dos trabalhos, agradece e enaltece o relevante trabalho prestado pelos Srs. Deputados durante a realização da Comissão e informa que o relatório final, após feita uma redação final, será entregue na próxima sexta-feira ao Presidente da Assembleia. Para produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

(aa) FLORISVALDO FIER - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE IN-

QUÉRITO QUE APUROU POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ.

Introdução

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito originou-se com um requerimento de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, aprovada na sessão plenária do dia 19 de novembro de 1992, para apuração de possíveis irregularidades na Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Através do Ato da Presidência n° 2, de 23 de novembro de 1992, foi declarada constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 09 membros, cuja Ata da Reunião de Instalação é datada de 1° de dezembro de 1992, sob a presidência do Deputado Florisvaldo Fier cabendo a relatoria ao Deputado subscritor do presente. Posteriormente, houve prorrogação de 30 dias, para que a CPI finalizasse seus trabalhos, aprovada em sessão de 01.03.93.

Questões preliminares

Na condição de depoentes foram ouvidos:

Fls.	Depoentes
18	Sarg. José Aparecido Luiz da Silva
147	Ten. Cel. Renê Roberto Witek
179	Dr. Airton Furlaneto
186	Sarg. José Nivaldo Miosso
193	Sarg. José Valdecir Biazotto
200	Ten. Fernando Luiz Grummt
206	Soldado Paulo Dias da Silva
214	Soldado Jairo Ferreira dos Santos
218	Soldado Claudemir Carnietto
223	Sarg. Luiz Valentin Menotti
226	Dr. Massao Tsukada
234	Ten. Mauzar José de Oliveira
245	Sr. Sérgio M. Verri
277	Dr. Altair Ferri
286	Sarg. Sérgio Francisco de Oliveira
287	Soldado Claudemir Alves dos Santos
303	Cel. João Jorge dos Santos
331	Ten. Cel. Fredy Weigert
351	Ten. Juceli Simiano Júnior
368	Ten. Cel. Roberto Cezário
445	Cel. Carlos Roberto Cidade
533	Cel. Miguel Arcanjo Capriotti

Quanto aos fatos investigados, pode-se verificar o seguinte:

Como fonte subsidiária a esta CPI, encontramos o relatório do IPM instaurado para apuração das mesmas denúncias do Sarg. José Aparecido da Silva. (Anexo n° IV).

Após a análise da documentação que se constitui no embasamento desta Comissão, pudemos chegar à seguinte conclusão:

1 - Falsificação de documentos relativos a diárias

Inegavelmente chega a ser gritante a forma como é confirmada tal denúncia. Não restam dúvidas de que a irregularidade das diárias aplicadas aos membros da Polícia Militar, via de regra o são, conforme a denúncia, de longevidade acentuada.

Percebe-se que há muito tempo a forma ilegal de aplicação das diárias tornou-se "modus operandi" diuturno.

No próprio IPM instaurado, vamos encontrar tais afirmações, nas págs. 910 e 917.

Donde se conclui que houve desvio de finalidade e isso em outras palavras consubstancia ilícito a ser apurado.

Para evitar que de futuro haja repetição dessa conduta irregular, esta CPI sugere ao Comandante da PMPR que adote medidas visando a melhorar os mecanismos de controle do saque de diárias, pois a CPI verificou em afirmações de depoentes várias irregularidades.

2 - Obras Particulares e da BARCO

Sem entrarmos no cotejo do perjúrio, devidamente caracterizado quando confrontamos alguns depoimentos no IPM, é cristalino o crime praticado, confessado e provado nos autos da CPI, referente ao item supra citado.

Além de vários depoimentos constantes dos presentes autos, encontramos as mesmas evidências no IPM, às fls. 902 "usque" 912, do anexo IV e do anexo III.

Donde se conclui que ficou caracterizado crime a ser julgado.

3 - Denúncias de enriquecimento ilícito de Oficiais

No tocante a este aspecto apesar das denúncias claras do Sargento informante, não houve abordagem pelo IPM, nem esta Comissão entende pela possibilidade de afirmativa sobre o caso, em virtude da inexistência de meios comprobatórios.

4 - Desvio de fundos do FUNREBOM

Estes aspectos ficaram bem definidos e delineados, tanto nos depoimentos prestados perante esta CPI, quanto nos autos do IPM.

É de servir como justificativa o fato de a ordem ter sido dada por oficial comandante, a que os subordinados estão cingidos por condicionamento próprio da caserna, porém isto não isenta aquele que ordenou.

- Donde se conclui que houve desvio... houve utilização de bem público em proveito da BARCO, que é uma entidade civil, e

isto é crime.

Os embasamentos testemunhais estão contidos nos anexos II, III e IV.

5 - Corrupção em Cianorte e Betaras

Sobre tais fatos, existem evidências insofismáveis a serem apuradas pelo Judiciário, face aos depoimentos contidos nos anexos II e IV.

6 - Denúncias de irregularidade na Associação da Vila Militar

Não pode ser constatada a denúncia, motivo que nos leva a relevá-la.

7 - Contrabando no 5º GI de componentes eletrônicos

Sobre tal aspecto, esta Relatoria conclui pela mesma forma do item anterior.

8 - Utilização de veículos oficiais

Ficou evidenciada tal utilização, todavia isto é um fato a ser apurado pelo Comando da Corporação, através de um IPM específico.

9 - Má-versação de dinheiro público

Sobre tal aspecto, cremos existirem evidências que embasarão uma abordagem investigatória, por parte da Secretaria de Segurança Pública.

10 - Ambulâncias do SIATE

Em que pese o depoimento do Cel. João Jorge, fls. 301 a 330, do livro I da CPI, não encontramos provas suficientes de manipulação de verbas e de compras dirigidas a determinadas empresas, nem mesmo o emprego indevido de capitais do FUNREBOM. Os documentos conduzem a essa conclusão.

Para ilustrar, servem os documentos de fls. 353 e 354 do livro de documentos nº 1, em que se vê através de Of. nº 040/90, de 11.12.90, em que o então comandante do Corpo de Bombeiros atestara que diversas empresas preenchiam os requisitos técnicos do edital e as condições operacionais como veículo Auto Ambulância Paramédica do Corpo de Bombeiros, não recomendando preferência por nenhuma delas. Coube a decisão da qual seria a vencedora da licitação ao Departamento Estadual de Administração de Material, conforme Ata da Sessão de Julgamento da Concorrência nº 002/90, de 14.12.90.

Há, no entanto que registrar a demora de quase dois anos na entrega de dois equipamentos de nome LUKAS, não obstante

as reiteradas cobranças à empresa vendedora por parte do Comando da PMPR, cobranças essas iniciadas em data anterior a esta CPI e à instauração de qualquer IPM (fls. 93 a 114 do anexo 9).

Pelo exposto, não pode ser constatada a denúncia de favorecimento, motivo que nos leva a relevá-la.

11 - Auto-lançadores aéreos

Nos depoimentos tomados houve uma colocação do Cel. João Jorge, (fls. 321 a 324 do Livro I da CPI), alegando que foi feita uma compra aleatória de tais equipamentos. O Cel. Capriotti prova com documentos, diretriz 02/89 (fls. 34 a 37-parte A do livro de documentos nº3), documentação assinada inclusive pelo próprio Cel. João Jorge do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), não haver nenhum documento ou depoimento ou indício qualquer, por parte do Cel. João Jorge, que comprove ou leve a algum caminho que possa configurar irregularidade na aquisição dos ALAS.

É relevante lembrar a certidão do Tribunal de Contas apresentada pelo Cel. Capriotti, dando conta que durante seu comando no Corpo de Bombeiros e até agora no Comando da PMPR nenhuma irregularidade foi constatada.

Assim, neste caso, também não foi comprovada a denúncia que nos leva a relevá-la.

Conclusão

Pelo exposto, fica evidente que a CPI cumpriu, nos seus quase 120 dias de funcionamento, a finalidade prevista na Constituição Federal: a apuração de fatos determinados por prazo certo. Não cabe a nós, Parlamentares, determinarmos a punição dos infratores, mas sim fornecermos subsídios para que os órgãos competentes apliquem as penas previstas em lei. E a punição dos culpados pode dar-se tanto no âmbito administrativo como no civil e criminal.

Feitas estas considerações, propomos a adoção das seguintes providências:

1. As conclusões das investigações quanto aos itens 1, 2, 3 e 4, devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual para que, se for o caso, promova a responsabilização civil e criminal dos infratores, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 58, da Constituição Federal.

2. Os fatos relacionados nos itens 5, 8 e 9, devem ser objeto de IPMs individualizados, para terem apuração detalhada e eficaz.

3. Entendemos que seria o caso de recomendar o afastamento de todos os envolvidos, se o Governador Roberto Requião,

com base no IPM já referido, não tivesse tomado essa providência, conforme se vê no Decreto 2084, publicado no Diário Oficial do dia 04.02.93, para que as investigações possam ser efetuadas com a mesma independência com que foram realizados os trabalhos desta CPI.

4. Deixa este relatório de promover indicações denominadas de pessoas envolvidas diretamente no caso por ser competência do Ministério Público.

Essas conclusões são relevantes para o exame da ação político-administrativa que o episódio envolve e que ao Poder Legislativo cumpre avaliar, sem que isto venha a violar a independência e autonomia dos Poderes.

Essa comissão delibera, para conhecimento e providências que julgue necessárias, encaminhar cópia do presente relatório, com as peças que o instruem, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Por final, delibera proceder o mesmo encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, para dizer da existência de ilícito administrativo ou criminal, e execução das medidas cabíveis no âmbito de suas atribuições.

Justificativa

Na realidade uma CPI não deve ter como escopo a finalidade de punir "ab initio", e sim de apurar, averiguar e encaminhar aos canais competentes as informações necessárias para aplicação do remédio adequado que tanto pode ser jurídico como administrativo.

Há muito se percebe que a corporação militar existente no Paraná, possui seus conflitos internos com sérios reflexos na sociedade. Corporação Bombeiros e Corporação Polícia, conflitam em objetivos, idéias e até mesmo e principalmente finalidades. Essas diferenciações acabam por promoverem rachaduras no corpo de administração, havendo necessidade de providências paralelas, diferenciando categorias iguais, por terem diferentes atividades.

Com isso, percebemos certos fatos que, se observados mais atentamente, indicam que medidas profiláticas de uso interno terão mais eficácia que qualquer tentativa de ato punitivo mal direcionado.

A CPI, como órgão representativo da sociedade, através de seus representantes políticos, há que trilhar o mesmo caminho ou seja, apurar, averiguar e dar o encaminhamento que acreditar ser o melhor para a

sociedade, tudo dentro da ótica da decência, do consuetudinário e da tábula legal.

Por esse motivo, o presente relatório conclui por indicar vários caminhos que devem ser seguidos a partir das conclusões, de vez que as mesmas não podem versar fora do conteúdo das investigações. O sentimento "sherloquiano" deve dar lugar à lucidez profissional do conteúdo moral e legal do mandato popular.

Com este princípio acreditamos ter chegado às conclusões mais plausíveis e honestas, indicando a continuidade que a população paranaense gostaria que tivesse, até a apuração final dos fatos, alavancados pelas evidências que esta CPI pode chegar.

Nesse passo, e por final, é oportuno mencionar a Lei Estadual nº 1943, de 23.06.54 (Código da Polícia Militar), e especialmente em seus artigos 28, 29, 108, 110 e 102, letra H.

Curitiba, 15 de abril de 1993.

(a) Dep. OSWALDO TREVISAN

Relator

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE APUROU DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.

Introdução

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, originou-se de requerimento de autoria do Deputado Florisvaldo Fier (Doutor Rosinha), aprovado na sessão plenária do dia 19 de novembro de 1992, para apuração de possíveis irregularidades na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Através de Ato nº 02, do dia 23 de novembro de 1992, a Presidência declarou constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 9 membros, cuja ata da reunião de instalação é datada de 1º de dezembro de 1992. Nesta reunião foram eleitos o Deputado Florisvaldo Fier, como Presidente, o Deputado Cezar Silvestri, vice-Presidente, e, Relator, o Deputado Oswaldo Trevisan.

Posteriormente, através de requerimento aprovado na sessão de 1º de março de 1993, houve prorrogação de 30 dias, para conclusão dos trabalhos.

Depoentes:

Na condição de depoentes, foram ouvidos:

Fls. Depoentes

- 18 Sargento José Aparecido Luiz da Silva
- 147 Major Renê Roberto Witek
- 179 Doutor Airton Furlaneto

- 186 Sargento José Nivaldo Miosso
- 193 Sargento José Valdecir Biazoto
- 200 Tenente Fernando Luiz Grummt
- 206 Soldado Paulo Dias da Silva
- 214 Soldado Jairo Ferreira dos Santos
- 218 Soldado Claudemir Carnietto
- 223 Sargento Luiz Valentim Menotti
- 226 Doutor Masso Tsukada
- 234 Tenente Mauzar José de Oliveira
- 245 Senhor Sérgio M. Verri
- 245 Doutor Altair ferri
- 286 Sargento Sérgio Francisco de Oliveira
- 287 Soldado Claudemir Alves dos Santos
- 303 Coronel Jorge dos Santos
- 331 Tenente Coronel Fredy Weigert
- 351 Tenente Juceli Simiano Júnior
- 368 Tenente Coronel Roberto Cezário
- 445 Coronel Carlos Roberto Cidade
- 533 Coronel Miguel Arcanjo Capriotti

Documentos

Além dos documentos produzidos no curso dos trabalhos da CPI, resolveu-se pela utilização subsidiária dos autos do Inquérito Policial Militar presidido pelo Cel. Eugênio Semer, com a finalidade de investigar denúncias formuladas pelo Sarg. José Aparecido Luiz da Silva, as mesmas que deram base inicial à instituição da presente Comissão.

1. Das irregularidades e delitos nos procedimentos de concessão de diárias

Os delitos e irregularidades constatados na análise documental e ouvida de depoimentos assumem várias formas e modos. Assinaturas apostas em guias de concessão de diárias não preenchidas, desvio de finalidade mediante aplicação em fim diverso daquele legalmente previsto, alteração de destino e tempo de viagem com a finalidade de auferir vantagens indevidas são algumas das práticas de uso corrente em procedimentos que, pela própria natureza, ocorrem descentralizadamente.

As dimensões do quadro de pessoal da Polícia Militar impõem evidentemente controles centralizados e modernos dos procedimentos de concessão de diárias. Entretanto, tais controles centralizados não existem e os depoimentos e provas recolhidos permitem assegurar que os depoimentos e provas recolhidos permitem assegurar que os delitos e irregularidades ocorrem há longa data e generalizadamente no interior da corporação, aspecto que, se medido, assume proporções assustadoras.

As irregularidades e delitos provados nos autos da CPI e do próprio IPM devem ensejar as ações próprias pelo Ministério Público. Objetivando esclarecer em definitivo se há ou não uma "fábrica de diárias" no interior da PM, ou então se há na PM

uma "máfia" com a finalidade de forjar diárias, requer-se do Ministério Público detalhada investigação das atividades desenvolvidas pelo Cel. Wilson W. Wolter, incluída aí a necessária preliminar de quebra do sigilo bancário. Justifica-se o pedido de especial investigação e de quebra de sigilo bancário em função de o Cel. Wolter manter em conta própria depósitos decorrentes de convênio público com a INFRAERO, de ter anteriormente respondido a processo judicial por prestações de contas ditas irregulares e, finalmente, coordenar atividades orçamentário-financeiras da PM pelo insólito período de 14 anos.

Em perspectiva mais ampla, deve a Polícia Militar do Estado do Paraná promover permanente auditoria das contas de diárias e desenvolver controles centralizados dos referidos procedimentos. Por óbvio, com um quadro de aproximadamente 20.000 profissionais, não se admite aí improvisação. É preciso colocar toda a ciência da moderna administração para resolver esta questão, que envolve recursos fundamentais para o próprio desenvolvimento das funções institucionais da PM.

Neste sentido, recomenda-se ao Governador do Estado do Paraná que requeira da Polícia Militar a apresentação de projeto de execução e monitoramento de diárias, que se realizado com o empenho de que é capaz a inteligência da Polícia Militar será valioso também para o conjunto da Administração Estadual.

2. Das obras da BARCO

2.1 - Provou-se nos autos da CPI a utilização de recursos materiais, financeiros e de pessoal para a construção dos alojamentos da BARCO - Beneficente Atlético Recreativa do Corpo de Bombeiros no litoral do Estado. A BARCO é entidade de direito privado e somente poderia beneficiar-se de recursos públicos mediante atendimento de formalidades legais que não foram observadas no caso da construção.

O desatendimento das normas legais neste caso vicia irremediavelmente todo o procedimento, devendo os atos que deram causa à construção ser anulados.

A anulação dos atos ilegalmente praticados quer significar também o imperativo de imediata assunção pelo Estado do referido edifício da BARCO, com posse e utilização do local, instalações, equipamentos, material e demais meios existentes na obra e necessários a sua continuidade, procedendo-se posteriormente a expropriação das edificações. Observadas as formalidades legais, tal é o procedimento necessário a fim de o Estado ressarcir-se de recursos seus que ali ilegalmente foram aplicados.

De outro lado, a ausência nos agentes de ânimo de locupletar-se pessoalmente coloca os atos praticados na esfera daqueles meramente irregulares, podendo a sanção limitar-se ao plano administrativo. De notar, ainda que o Comandante do Corpo de Bombeiros da época do início e execução do empreendimento assumiu, pessoal e exclusivamente, a responsabilidade pela emissão da ordem que deu causa aos demais atos, por tal tendo sido punido com a perda das funções de comando através de ato do Chefe do Poder Executivo que se fundou em relatório de IPM instaurado pelo Comandante Geral da Polícia Militar. Além do então Comandante do Corpo de Bombeiros, punidos também foram os demais agentes que deram cumprimento à ordem ilegalmente exarada, aspecto que deve agora ser complementado com medida administrativa que restitua ao Estado os recursos da Polícia Militar irregularmente aplicados na referida obra.

2.2 - Em seu depoimento o Cel. Capriotti declara que sabia da construção da BARCO, porém afirma que não sabia que a mesma vinha se dando de forma irregular.

Os Sargentos Silvio Herzog e Edilson Neves declaram (fls. 466, 467 e 476 do IPM presidido Cel. Semer) que o Cel. Capriotti esteve no local da construção da BARCO.

Em seu depoimento o Ten. Cel. Cezário declara que comunicou, no dia 29 de outubro de 1992, o Comandante da Polícia Militar do Paraná, Cel. Miguel Arcanjo Capriotti, da existência de irregularidades na construção da BARCO.

O Major Carvalho, que presidia IPM para apurar irregularidades no 5º GI de Maringá, mais adiante contempladas, ao receber do Sarg. José Aparecido Luiz da Silva denúncia da construção da BARCO, na qual estariam envolvidos oficiais de patente superior à sua, declara-se impedido e encerra o IPM em 04.11.92, remetendo-se ao Comando do Corpo de Bombeiros do Paraná (Cel. Carlos Roberto Cidade). Este, por sua vez, comunica em 11.11.92 a seus superiores, Cel. Capriotti e o Sr. Secretário de Segurança Pública, de que estava em curso a referida obra, defendendo sua regularidade e divergindo da decisão do Major Carvalho. Ato contínuo, o Cel. Cidade devolve o IPM ao Major Carvalho com a ordem de concluí-lo. Em 19.11.92, decide o Comandante Geral da PM, Cel. Capriotti, pela instauração de IPM, cujo relatório final integra os autos desta Comissão.

Relatados os fatos e sua cronologia, deverá o Ministério Público adotar as medidas de lei.

3. Das denúncias do Cel. João Jorge contra o Cel. Capriotti

3.1 - Em depoimento, afirmou o Cel. Jorge que o patrimônio do Cel. Capriotti é absolutamente incompatível com os seus vencimentos e com a situação dos demais membros do oficialato. Afirmou ainda o Cel. Jorge que conhecendo o Cel. Capriotti há dezenas de anos, podia atestar a impossibilidade de o Cel. Capriotti ter sido beneficiário de herança que desse lastro ao seu patrimônio, vez que sua ascendência paterna e a de sua mulher eram humildes. Buscou o Cel. Jorge demonstrar, com estas afirmações, enriquecimento ilícito do Cel. Capriotti, agregando ainda que tal decorreria de compras efetuadas irregularmente pela Polícia Militar.

Analisando as denúncias, pôde a CPI concluir o seguinte:

3.1.1 - Os procedimentos de compras a que se referiu o Cel. João Jorge foram instaurados e implementados pelo Departamento Estadual de Administração de Material, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado de Segurança Pública, e não diretamente pela PM, sendo absolutamente inverossímil pudessem ser manipulados por agentes estranhos aos referidos órgãos e entidades especializados. De notar, ainda, que os equipamentos denominados Auto Lançadores Aéreos - ALAs foram introduzidos no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná por autorização governamental de compra datada de 25.03.87, quando o Cel. Capriotti só veio a assumir o Comando Geral do Corpo de Bombeiros em 26.03.87. Desfaz-se então a denúncia do Cel. Jorge segundo a qual o Cel. Capriotti manipulara diretamente todas as compras artificialmente introduzira a necessidade de compra dos ALAs.

3.1.2 - Verificou-se, igualmente, à vista das declarações de renda dos últimos 20 anos, que o Cel. Capriotti é beneficiário de expressiva herança em forma de partilha de ascendência paterna de sua esposa. Há, também, inúmeros outros bens e rendas arrolados em suas sucessivas declarações de renda, em especial na declaração de 88, que respaldam formalmente a construção de sua casa particular em Curitiba, assim seu padrão de vida.

4. Da aplicação irregular de recursos de FUNREBOM

A utilização de recursos oriundos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM para as obras da BARCO no litoral do Estado está amplamente provada nos autos da CPI e do IPM, dando bem a conta da fragilidade de controles sobre este fundo.

Além da necessária responsabilização

dos agentes que lançaram mão dos recursos do FUNREBOM para fim diverso daquele especificado em lei, recomenda-se que o Poder Executivo do Estado proponha aos Municípios a adoção do Decreto 700/91 como norma geral para a aplicação dos recursos do FUNREBOM, uma vez que sua gerência é municipalizada.

5. Do caso Cianorte

Constam dos autos provas testemunhais de que o Ten. Juceli Simiano Junior utilizou verbas destinadas à aquisição de verduras com finalidades pessoais.

Sindicância presidida pelo Ten. Ferreira destinada a apurar irregularidades no Corpo de Bombeiros de Cianorte produziu provas de fraudes documentais com o objetivo de produzir a prestação de contas daquela unidade.

Ao final, o Ten. Ferreira recomendou a instauração de IPM, tal a gravidade das provas coligidas.

Inexplicavelmente, o Maj. Renê Roberto Witek não apenas deixou de instaurar o necessário IPM, como determinou punição do então Sarg. Verri - autor da denúncia contra o Ten. Simiano - e o arquivamento da sindicância. Inegável tal atitude do Maj. Witek enseja responsabilização em ação própria a ser movida pelo Ministério Público. Do mesmo modo, o Ten. Simiano, que perante a CPI negou a apresentação dos extratos de sua(s) conta(s) bancária(s), deve judicialmente responder por denúncias que não quis ver esclarecidas perante a CPI.

Recomenda-se ao Poder Executivo que promova todas as compras necessárias à Polícia Militar centralizadamente através do Departamento Estadual de Administração de Material-DEAM, que dispõe dos meios para garantir a entrega de materiais quaisquer em todos os pontos do Estado.

6. Denúncias de irregularidades na AVM

Em relação à Associação da Vila Militar, requer-se do Ministério Público investigação quanto à origem de seu patrimônio e destinação de seus lucros e dividendos, vez que durante muitos anos forneceu uniformes e demais vestuário ao pessoal da Polícia Militar, sem até recentemente submeter-se à licitação. Do mesmo modo, há informações de que edifícios da referida entidade privada foram construídos mediante emprego de homens da PM, aspecto no qual não se pôde deter esta Comissão.

7. Da Denúncia de contrabando de componentes eletrônicos no 5º GI

Requer-se da Ouvidoria Geral do Estado

a obtenção e análise dos documentos de licitação que teriam baseado a compra de microcomputadores destinados ao 5º GI de Maringá. Conquanto tenha o Maj. Renê Roberto Witek se comprometido submetê-los a esta CPI, irregularmente não o fez até a conclusão dos trabalhos. Se provada a inexistência de procedimento regular de compra, deverá a Ouvidoria Geral encaminhar suas conclusões ao Ministério Público.

8. Da utilização irregular de veículos Oficiais

Na documentação do IPM presidido pelo Cel. Semer evidenciou-se o uso irregular de carros oficiais que, pela habitualidade e extensão, deve merecer projeto específico de uso e controle a ser desenvolvido pelo Comando Geral da Polícia Militar. De todos, destaca esta CPI, por exemplares das distorções identificadas, a viatura D-20, patrimoniada no Corpo de Bombeiros de Maringá, cuja inadaptação para os serviços respectivos é absoluta, como pôde constatar subcomissão desta CPI ao verificá-la acarpetada e equipada com serviços de bar, e não rusticamente como é exigível; ou então, noutro caso, a verificação de uso pelo Ten. Enéquio de Souza, atuante no Município de Cianorte, de veículo oficial para dirigir-se a aulas de curso superior durante horário de trabalho. São amostras de um fenômeno mais amplo a exigir prontas e enérgicas providências do Comando.

9. Da aquisição de ambulâncias destinadas ao projeto SIATE

A análise das compras de ambulâncias destinadas ao projeto SIATE, cujo objetivo consiste em dotar o Estado dos meios para pronto atendimento à população em casos de emergência, constatou a CPI houve inadimplemento parcial pela empresa CODIMAQ de contrato firmado com a Secretaria de Estado da Saúde.

Também aqui a compra não foi processada diretamente pela Polícia Militar, cabendo, portanto, ao órgão contratante, no caso a Secretaria de Estado da Saúde, a adoção das medidas administrativas e judiciais tendentes ao integral cumprimento da obrigação assumida pelo particular, como aliás requerido pelo Dr. Luiz Carlos Sobânia através de Ofício nº 119, de 6.12.91. A contratada particular foi notificada inúmeras vezes pelo Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Capriotti, e pelo Conselho Diretor do SIATE, sem que apresentasse razões plausíveis para o inadimplemento da entrega de quatro aparelhos de marca "LUKAS", integrantes acessórios necessários à plena prestação dos serviços das ambulâncias adquiridas e entregues.

Transcorridos quase dois anos desde a aquisição das ambulâncias e mesmo com todas as medidas suasórias adotadas pelos administradores do SIATE, a empresa CODIMAQ procedeu a entrega de dois aparelhos de marca "PHOENIX", e não de marca "LUKAS" como especificado em Edital, e apenas no curso dos trabalhos da CPI veio a proceder a entrega dos dois últimos aparelhos "LUKAS", cujos motores são usados conforme constatação lavrada no laudo de recebimento.

Quanto à mudança de marca, nenhum problema se comprovada a similaridade, já que a administração não pode enunciar especificações vinculantes. A similaridade, entretanto, deve ser demonstrada pela Secretaria de Estado da Saúde e atestada pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR ou terceiro por ele credenciado.

Intolerável para a Administração é o atraso muito para além de qualquer limite razoável da entrega dos equipamentos, como também intolerável é a entrega de material usado quando se exigia novo, e por novo se pagou.

As medidas de saneamento vêm previstas no Decreto-Lei nº 2.300/86, no Código Civil Brasileiro e, mais recentemente, no Código de Defesa do Consumidor e Decreto Estadual nº 700/91 incumbindo à Secretaria de Estado da Saúde perseguir pelos meios administrativos e/ou judiciais sua aplicação.

Recomenda-se, por último, proceda o Poder Executivo a instauração de autos do devido processo legal visando à declaração de inidoneidade da empresa CODIMAQ, observados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

10. Da aquisição de auto-lançadores aéreos

Deteve-se também a CPI na análise dos procedimentos de aquisição de equipamentos ALAS, cuja base legal fundou-se em inexigência de licitação prevista na legislação. Disse o Cel. João Jorge da falta de fundamentação técnica para as compras e mesmo de sua desnecessidade, ao que contra-argumentou o Cel. Capriotti pela existência de norma do Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, de Diretriz nº 002/89-PM e do menor valor desses equipamentos relativamente às escadas. Extrai-se dos autos que dois desses ALAS foram adquiridos anteriormente à referida Diretriz, ainda que ao amparo das normas exaradas pelo IRB, conforme autorização governamental datada de 25.03.87.

Sob o aspecto formal, acredita-se foram atendidas todas as exigências legais, sem que tal signifique deva despreocupar-se esta CPI em relação às incertezas que

sempre envolvem os procedimentos fundados em dispensa ou inexigências de licitação.

Considerando o volume financeiro das aquisições, recomenda-se ao Ministério Público vistas dos documentos disponíveis na CPI, bem como o acesso àqueles que não lhe foram submetidos, para assim formar convicção quanto à legitimidade dos atos praticados.

11. Da precariedade das condições de trabalho na praia de Santa Terezinha

Os depoimentos colhidos atestam que as condições de trabalho na praia de Santa Terezinha são precárias, pois os trabalhadores estão alojados em locais insalubres, ingerem água imprópria para o consumo e são submetidos a situações de constrangimento pela inexistência de sanitários nos postos de trabalho, cabendo ao Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros encaminhar a solução deste problema imediatamente.

12. Do Hospital da Polícia Militar

Das denúncias havidas em relação ao Hospital da Polícia Militar, todas constantes dos autos, conferiu esta Comissão relevância, para sustentar suas conclusões neste item, às seguintes:

12.1. A histórica liberalidade da Direção do Hospital da Polícia Militar quanto ao cumprimento de carga horária dos médicos conduziu a que hoje grande parte dos médicos naquele hospital, inobstante contratada para uma carga horária de quatro (4) horas, presta apenas duas (2) horas, agora não mais por liberalidade mas por força de sentença trabalhista que acolheu pretensão de reclamantes, convertendo em lei contratual o que antes era concessão do empregador público.

12.2 - Boletim Geral sob nº 44, de 07.03.91, anunciou representação oficial para as atividades de inauguração do Centro Integrado de Litotripsia e das novas instalações do Setor de Fisioterapia e Cardiologia do referido hospital. Sucede, todavia, tal aparelho de litotripsia, estimado em milhares de dólares, não mais se encontra no HPM, estando agora a serviço de entidade privada, numa presumível composição entre setores privados e públicos com vistas a burlar o fisco mediante redução ou mesmo isenção de tributos devidos na importação de equipamentos.

12.3 - Ainda segundo depoimento colhido, serviços pagos pelo Hospital da Polícia Militar estariam também sendo pagos a médicos-servidores pelo Instituto de Previdência do Estado, a caracterizar, se

provado, dupla remuneração por idêntico serviço.

12.4 - Boletim sob nº 203, de 26.10.90, comunica designação de comissão objetivando apurar problemas relacionados a internamentos. Segundo informações prestadas pelo Comandante Geral da PM, Cel. Capriotti, o relatório da referida comissão restou desaparecido.

Em função destas e doutras denúncias constantes dos autos, recomenda-se ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar medida administrativa de intervenção na Direção do Hospital da Polícia Militar acompanhada de ampla auditoria administrativo-contábil-financeira na instituição em tela.

13. Da prática de comércio por agentes da Polícia Militar

Por meio de depoimentos, houve a admissão e mesmo a defesa da prática de atos de comércio por agentes públicos, especificamente no âmbito da Polícia Militar. A matéria está atualmente esparsa em várias leis, desde a Constituição Federal e Código Comercial até os Estatutos do funcionalismo civil e militar. Na expressão do comercialista Rubens Requião, "é a conveniência do serviço público que determina a incompatibilidade", fazendo-se aqui o registro para que se converta em recomendação geral.

14. Das campanhas ditas beneficentes e de suas implicações

Parece que correntemente são empreendidas no âmbito da PM campanhas ditas beneficentes. De todas, acessou a CPI duas: uma, destinada a agariar recursos para auxílio a filho do soldado Tavares, em Maringá, liderada pelo Sargento Aparecido; outra, também por ele liderada, só que, ao contrário da anteriormente referida, por ordem de seu superior, com a finalidade de reunir recursos para viagem de oficiais a congresso setorial.

Interessantemente, ditas campanhas deflagraram toda a série de denúncias em que se baseou a presente CPI. Senão vejamos: pela campanha em favor do filho do soldado Tavares, viu-se o Sargento Aparecido ameaçado de punição por uso irregular do nome e de papéis da PM. Em represália, o Sargento Aparecido ameaçou denunciar, e adiante o fez, diversas irregularidades que dizia conhecer, entre estas o fato de que a campanha segunda teve os seus resultados destinados de modo não tradicional, isto é, metade dos recursos teriam ficado com ele, Sarg. Aparecido, e outra metade

com o Major René Roberto Witek.

Denunciou também, o Sarg. Aparecido, que o Ten. Mauzár José de Oliveira possuía saldos bancários superiores aos seus vencimentos e que o Major Witek garantia o pagamento de suas contas particulares (água, luz e telefone) mediante o uso do dinheiro público.

Diante da situação, o Major Witek requereu a abertura de IPM, sem instruí-lo, entretanto, com a carta produzida pelo Sarg. Aparecido, datada de 27.09.92. A referida carta continha denúncias, mas antes ameaças e chantagens para a hipótese de vir a ser punido. Às ameaças e chantagens, não pôde ou não quis submeter-se o Major Witek, vindo daí resultar a série de revelações.

Não há dúvida, combinam-se aí irregularidades e delitos de parte a parte, cuja apuração requererá, por certo, a especial inteligência e desvelo do Ministério Público do Estado do Paraná.

15. Outras denúncias

Como fontes indiciárias para os trabalhos do Ministério Público e as medidas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, listam-se aqui outros fatos que poderão ensejar esforço de investigação e de saneamento:

15.1 - O Sr. Antonio V. Pontes, residente em Palmas, relativamente à Polícia Rodoviária naquele Município, relata às fls. dos autos, diversas irregularidades naquela unidade que exigem apuração, ponto por ponto, e prontas medidas do Comando Geral e do Ministério Público. Consistiriam tais irregularidades, nas quais não se pôde deter esta CPI, em atos de truculência, apropriação indébita e em condescendência em relação a estes atos por parte dos superiores hierárquicos.

15.2 - Segundo notícias chegadas à CPI, nas quais também não se pôde deter, haveria irregularidades na 9.^a Companhia, sediada em Paranaguá, envolvendo oficiais que estariam fraudando prestações de contas públicas; e que o mesmo estaria ocorrendo no 1.^o Batalhão da 2.^a Companhia, sediada em Irati, envolvendo ainda o emprego de viatura policial para serviços particulares, tudo a ensejar a necessária movimentação do Ministério Público e do Comando da Polícia Militar.

16. Da gerência das obras e serviços de engenharia da PM

A conclusão das obras iniciadas e paralisadas no âmbito da Polícia Militar, que totalizam aproximadamente dez (10) empreendimentos, deve constituir prioridade

governamental, tal sendo a recomendação desta CPI ao Poder Executivo.

Recomenda-se ainda a transferência ao Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM de todas as obras em execução a serem executadas no interesse da Polícia Militar, como corolário natural do contido na Lei Estadual nº 8485/87. O cometimento à entidade especializada das tarefas de planejamento, execução e gerência de obras públicas é com certeza um passo à frente no sentido de concentrar as atividades da PM no cumprimento de suas tarefas institucionais, assegurando o Estado os meios de que precisa.

17. Dos sistemas de controle interno e externo da PM

A gerência de recursos materiais, financeiros e de pessoal tão expressivos quanto os mobilizados pela Polícia Militar do Estado do Paraná requer, evidentemente, modernos e avançados sistemas de controle administrativo-contábil-financeiro.

Para as funções de controle interno, recomenda-se ao Comando Geral da Polícia Militar que organize junto a cada uma das instituições vinculadas (Corpo de Bombeiro, Polícia Rodoviária, Polícia Florestal e demais) Controladorias Setoriais, órgãos profissionalizados de natureza coligada e permanente, com funções de auditoria administrativo-contábil-financeira em todo o Estado e atuantes junto aos comandos setoriais. Sem prejuízo da necessária autoridade destes comandos setoriais as referidas Controladorias Setoriais devem ser integradas por membros designados pelo Comandante Geral da Polícia Militar. Para a coordenação dessas Controladorias Setoriais, recomenda-se ao Comandante Geral da Polícia Militar que designe Controladoria Geral que lhe seja diretamente ligada. Neste sistema de controle, todas as irregularidades da Polícia Militar, seriam apuradas pela respectiva Controladoria Setorial e os resultados de apuração setorial, inclusive os resultados de sindicâncias e inquéritos, submetidos à Controladoria Geral, que procederá manifestação final no plano administrativo.

Para as funções de controle externo recomenda-se ao Governador do Estado que institua Controladoria Externa, presidida pelo Secretário da Segurança Pública e integrada pela Secretaria da Justiça e da Cidadania, Procurador Geral da Justiça, Procurador Geral do Estado, Ouvidor Geral do Estado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, e, finalmente, pelo Comandante Geral da Polícia Militar, consistindo as funções consultivas da Controladoria Externa no debate e deli-

neamento das grandes linhas da Polícia Militar sob a perspectiva da sociedade civil.

18. Conclusão

Sendo absolutamente certo que dos trabalhos desta CPI resultará o aprimoramento da Polícia Militar, no seu próprio interesse, no do Estado e, o que é mais importante, no interesse da cidadania, de tudo quanto se fez, disse, e produziu, em especial deste Relatório, requer-se encaminhamento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, ao Desembargador Corregedor Geral da Justiça, ao Procurador Geral da Justiça, ao Secretário de Estado da Segurança Pública ao Comandante Geral da Polícia Militar, ao Procurador Geral do Estado, ao Ouvidor Geral do Estado, e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA
Relator 'ad hoc'

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só solicito um esclarecimento da Mesa para que possamos votar o item 10. Há na Ordem do Dia de hoje dois relatórios, consulto à Mesa de, como será encaminhado a votação desses relatórios?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa ao Deputado Florisvaldo Fier e ao Plenário, na tarde de hoje, que esse assunto tramitou pela Presidência, pela CCJ, pela Procuradoria da Casa, por diversos meses, quando todo processo encaminhado por V.Exa. na condição de Presidente daquela CPI chegou a nossas mãos, foi constatada a existência de dois relatórios, um de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan e outro de Luiz Henrique Bona Turra. Essa Presidência encaminhou todo o processo à CCJ para que se manifestasse sobre qual dos relatórios deveria ser encaminhado ao Plenário. A CCJ não encontrou condições de se manifestar a respeito e devolvendo à Presidência. A Presidência encaminhou à Procuradoria Geral da Casa que também não concluiu por nenhum dos relatórios. Nesse sentido a Presidência fez publicar na pauta de sessões anteriores, os dois relatórios e colocará em votação os dois relatórios: o do Oswaldo Trevisan e o do Luiz Henrique Bona Turra. O Plenário, enfim e finalmente decidirá qual dos dois relatórios é o relatório que deve prevalecer como relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, já que em todas as fases que foi por esta Presidência consultado, não se chegou a um veredicto final de qual relatório deveria ser escolhido para ser apreciado em plenário, portanto, os dois relatórios vão a

Plenário e o Plenário decide qual dos dois deverá ser o relatório final.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Para registrar a presença do prefeito de Corbélia, Wilson de Oliveira; do Presidente da Câmara Municipal, Gilberto de Souza; e do Vereador Elizier Fontana, do Município de Corbélia; e do Sr. Argentino, presidente da Comissão do Meio Ambiente. Vale ressaltar que a Comissão de Meio Ambiente e essa liderança que está aqui presente, já recebeu diversas homenagens em relação ao trabalho que tem realizado no município de Corbélia em favor do meio ambiente. É por isso que com muita honra, registramos as suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registradas.

Está com a palavra, por dez minutos, o Sr. Deputado Dr. Rosinha, para encaminhar a votação.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, gostaria da atenção de V.Exa., para fazer o encaminhamento da votação desse requerimento. É necessário dar algumas explicações neste instante.

Por ocasião da formação da Comissão Parlamentar de Inquérito, fui eleito como Presidente de tal comissão e foi eleito o relator, Deputado Oswaldo Trevisan. No transcorrer dos trabalhos, foi necessário o pedido de prorrogação do prazo para que o relatório fosse concluído. Houve uma primeira prorrogação, cujo requerimento foi votado em plenário e aprovado e num segundo momento, por deliberação unânime da Comissão, foi solicitada a prorrogação por mais dez dias, haja vista que o Deputado Oswaldo Trevisan apresentou o requerimento ora publicado e a Comissão não se sentia em condições de deliberar sobre tal requerimento. Em função disso, deliberou-se o pedido de mais dez dias de prorrogação de prazo para ser deliberado neste Plenário. Dada entrada a um requerimento junto à Mesa, foi solicitado o pedido de discussão de tal requerimento numa quinta-feira o que fazia com que somente poderia ser votado este requerimento na segunda-feira e caso negasse a prorrogação, a Comissão não teria mais tempo hábil para analisar o relatório.

Em função disso, eu, como presidente dessa CPI, convoquei uma sessão extraordinária da Comissão, com todos os senhores parlamentares, fazendo-se ausentes o Deputado relator Oswaldo Trevisan. Naquele momento, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, como presidente da Comissão, nomeamos outro relator, obedecendo a proporcionalidade que tinha na Comissão, foi nomeado o

Deputado Bona Turra, do mesmo Partido, o PMDB, para respeitar a vontade popular na qual designa os Parlamentares em sua proporcionalidade. A Comissão, por unanimidade, apoiou a indicação de Bona Turra, ninguém questionando, para que esta proporcionalidade fosse respeitada. Naquele dia analisamos o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan, e, de acordo com Ata publicada nesse diário de hoje, foram apresentadas emendas àquele relatório. E ele acabou sendo completado e aprovado pelos Srs. Deputados de acordo com assinatura na Ata, o relatório do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

Após a aprovação desse relatório, alguns documentos tinham que ser entregues ainda àquela CPI, uma vez que tinha sido solicitado. E por desrespeito de algumas autoridades do Estado, não cumpriram o tempo estipulado no requerimento. Sendo entregue, a posteriori, alguns daqueles documentos importantes. O que faz com que tal relatório teria que sofrer uma única correção devido o documento ter chegado fora do prazo. A correção diz respeito à página quatro aonde tem o seguinte: "As irregularidades e delitos provados nos autos da CPI e do próprio IPM, devem ensejar as ações próprias pelo Ministério Público. Objetivando esclarecer em definitivo se há ou não uma fábrica de diárias no interior da Polícia Militar, ou então se há na Polícia Militar uma Máfia com a finalidade de forjar diárias, requer do Ministério Público detalhada investigação" e aí continua..." das atividades desenvolvidas pelo Coronel Wilson, incluída aí a necessidade preliminar da quebra do sigilo bancário". A correção, é que documentos chegados a posteriori, a gente só pede que retire a questão" das atividades desenvolvidas pelo Coronel Wilson" -, somente isso. E mantenha o resto, incluída aí a necessidade preliminar da quebra do sigilo bancário dos envolvidos. Porque é necessário a quebra do sigilo bancário, porque há mais do que um oficial envolvido na questão das diárias.

E o restante do § :.... justifica-se o pedido de especial investigação e quebra do sigilo bancário, em função do Coronel Volter manter em conta própria, depósitos decorrentes de convênios públicos com a INFRAERO.

De ter anteriormente respondido a processo judicial por prestação de contas irregulares e, finalmente coordenar a atividade orçamentária financeira da Polícia Militar pelo período de 14 anos.

Isso foi esclarecido com documento que chegou a posteriori. É a única questão que peço que fique retirado fora e se aprovado o relatório, seja, na íntegra, somente com essas observações.

Uma vez que chegaram documentos atrasados que estão nos arquivos da Comissão Parlamentar de Inquérito a todos os Deputados que desejarem.

Mas a questão das diárias devem ser investigadas porque foram apuradas inúmeras irregularidades e inúmeros oficiais estão envolvidos. E que tem que ter a quebra do sigilo bancário.

Fora isto, a questão levantada por esta Comissão no que diz respeito a BARCO, construções irregulares na praia de Betaras, foi comprovado pelo próprio IPM da Polícia Militar que constatou as irregularidades.

O uso indevido de verbas do FUNREBOM, da cidade de Maringá, Cianorte, Umuarama foi constatado o uso irregular dessas verbas desse fundo de equipamento do Corpo de Bombeiros. Também foram constatadas irregularidades na questão que dizia respeito à compra de material da concorrência pública do SIATE.

Foi incluído ali alguns aparelhos da marca Lucas, os quais foram entregues na época da CPI constituída, devido a denúncia pública, que essa Comissão fez. Esses aparelhos foram entregues naquele momento, tinham sido substituídos por outros da marca Fenix, de qualidade inferior, conforme análise de alguns técnicos.

Portanto, o Estado comprou material de primeira qualidade considerado por esses técnicos e entregue de segunda, o que significa que alguém agiu irregularmente e esse alguém tem que ser punido.

Levantou-se suspeita na compra de auto-lançadores aéreos por parte do Corpo de Bombeiros que também foi feita uma análise nessa CPI e pede ao Ministério Público que aprofunde essas questões.

Estivemos juntos no Hospital da Polícia Militar, eu, o Deputado Colombino Grassano, Deputado Luiz Henrique Bona Turra, para constatar a presença de um aparelho de lipoestética que foi inaugurado naquele Hospital, que tinha sido colocado à disposição pela Fundação Oásis - Cidade Aberta, e que chegando lá tal aparelho não se encontra naquele Hospital. Foi inaugurado de acordo com Boletim interno da Polícia Militar e de acordo com noticiário da imprensa na época. Não foi constatada a presença daquele aparelho e a posteriori fomos agredidos ainda pelo Diretor daquele Hospital que disse que não tínhamos chegado lá, que não entendíamos de aparelho por isso que não encontramos.

E a posteriori ele confirmou, por escrito, que tal aparelho nunca existiu lá. Mas temos cópias em mãos do convênio assinado entre o Hospital da Polícia Militar e a Fundação Oásis - Cidade Aberta na qual coloca que esse aparelho tinha sido localizado lá e que

cujo aparelho foi inaugurado.

E há outras irregularidades nesse Hospital que devem ser apuradas e que a Comissão constatou. Qual Hospital, oportunamente trarei novas denúncias nesta Tribuna, independente dessa CPI, e também na semana que vem mostrarei o que é a Fundação Oásis - Cidade Aberta no Estado do Paraná e o que ela tem feito para lesar o patrimônio público da qual este Hospital da Polícia Militar pegou o aparelho de lipostética e recentemente numa Ouvidoria, a Ouvidoria, numa sindicância constatou que um aparelho de endoscopia ainda foi comprado dessa Fundação.

Há outras irregularidades que nesta CPI não constatamos por falta de tempo, porque se tivéssemos mais tempo nos aprofundaríamos ainda mais.

Outras denúncias colocadas na época, o de uso do Fundo de Saúde, por ser uma entidade de caráter privado, este Parlamento não pode averiguar. Mas logo após a Ouvidoria apurou as irregularidades da Fundação de Saúde e que já foram, do Fundo de Saúde, e que já foram tornados públicos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O tempo de V. Exa. está encerrado e lhe concede mais um minuto para concluir o encaminhamento.

O SR. DR. ROSINHA - Muito obrigado. Neste sentido solicito aos Senhores Deputados a aprovação deste relatório e assim colocarmos ao Ministério Público o aprofundamento destas questões e a averiguação da necessidade ou não de processos judiciais contra as pessoas envolvidas.

Irregularidade há. A CPI constatou. Alguns oficiais já foram punidos pelo ex-Governador e outros que estão envolvidos continuam sem nenhum tipo de punição e este relatório demonstra isto junto com os documentos que se encontram na sala das Comissões deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, tendo em vista haver publicado, conforme determina o regimento da Casa, entende que ambos são do conhecimento dos Srs. Deputados e neste sentido, conforme já anunciou, colocará para deliberação do Plenário os dois relatórios: o relatório de número um de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan e o relatório número dois de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só para esclarecer: defendi a aprovação do relatório do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Me-

sa informa ao Plenário que o Deputado Florisvaldo Fier defendeu e solicita que seja aprovado o relatório do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exa. para recomendar à Bancada que dá apoio ao Governo para que vote favoravelmente ao relatório do eminente Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que aprovado o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan estará prejudicado, conseqüentemente, o relatório do Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

Está em votação o relatório de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Chamada nominal a ser procedida pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Júlio Bifon.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, uma indagação, para que se possa apreciar e votar requerimentos qual o número legal em Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimentos, depende a que se destine.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Qual o número mínimo?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dezoito para votos de pesar.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Gostaria então, porque a gente sente que haverá um esvaziamento de Plenário, para que os Srs. Deputados permanecessem em Plenário porque tenho um requerimento que faço alguns questionamentos à COPEL e é muito importante, ficou para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. precisa de vinte e oito presentes.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Faço algumas indagações à COPEL, e esse re-

querimento deu entrada ontem pedindo para discutir, ficou para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas deveremos ter mais que trinta Deputados aqui Deputado Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Exatamente. Então, faço esse apelo que os Srs. Parlamentares permaneçam no Plenário para podermos votar esse pedido de informações junto ao Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - E mais uma vez solicitamos que os Srs. Deputados estejam aqui amanhã às 09:00 horas em ponto para a Sessão Ordinária já convocada.

Deputado Júlio Bifon para a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, contando com a benevolência de Vossa Excelência e com a compreensão dos companheiros, Deputados, aqui no Plenário, gostaria de fazer um apelo lembrando o saudoso presidente Ulysses Guimarães em votações, dezenas e dezenas de votações memoráveis da Câmara dos Deputados que Vossa Excelência faça um apelo através do microfone desta Casa para os Deputados que estão nos gabinetes para que venham ao Plenário para dar quórum e votar. O Dr. Ulysses dizia que lugar de Deputado é no Plenário. Então que eles venham votar, Senhor Presidente, para que a gente possa deliberar com quórum expressivo as questões de interesse da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência fará soar mais uma vez a campanha, chamando os Senhores Deputados nos seus gabinetes.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Aproveitando a oportunidade, pediria a Vossa Excelência que determinasse ao Departamento Técnico de Assistência aos Gabinetes que verificasse o som porque em vários gabinetes não existe som, inclusive no meu.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência fará com que a sua solicitação seja atendida.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a segunda Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vamos proceder a verificação de votação.

Trinta e três Srs. Deputados responderam a Chamada Nominal e a Mesa informa ainda ao Deputado Colombino Grassano, em todos os gabinetes foi feita averiguação com referência ao sistema de som que foi reimplantado neste Parlamento. Todos os gabinetes dispõem de um dispositivo chamado potenciômetro, que deverá ser verificado, porque muitas vezes está baixo e o som não é ouvido por conseguinte.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem).
(Assentimento).

Pergunto a Vossa Excelência se neste momento caberia um requerimento à Mesa pedindo destaque para determinado relatório.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há necessidade, Deputado, porque iremos colocar em votação o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan, conseqüentemente estará destacado o nº 01 e o nº 02. Se rejeitado o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan, conseqüentemente estará aprovado o relatório do Deputado Bona Turra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Fico-lhe muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan.

Os Senhores Deputados que forem contrários queiram levantar-se. Os contrários que se levantem.

15 (quinze) Deputados rejeitam o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem).
(Assentimento)

Senhor Presidente, gostaria de registrar os Deputados que rejeitam este relatório do Deputado Oswaldo Trevisan: Deputados Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Mário Bezerra, Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino, Namir Piacentini, Ernani Pudell, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Martins e o Deputado Algaci Túlio evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Senhores Deputados que aprovam o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan queiram levantar-se.

17 (dezessete) Deputados aprovam. Está aprovado o relatório do Deputado Oswaldo Trevisan, conseqüentemente está prejudicado o relatório do Deputado Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1262, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1236, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1235, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1237 a 1244, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1246, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1248, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1252 a 1255, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1256, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1257, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1258 a 1261, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1263, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante

do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1233 e 1234, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1206, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Rossoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1211, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1225, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às nove horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 069, 108, 125, 142 e 145/94.

e do Projeto de Resolução nº 010/94.

Convoca ainda os Srs. Deputados para a Sessão especial a ser realizada amanhã, às dezesseis horas e trinta minutos, em homenagem ao Centenário da Morte do Barão do Cerro Azul.

Levanta-se a sessão.